



Interativa

Ciências Sociais

Autora: Profa. Josefa Alexandrina da Silva

Colaboradores: Prof. Flávio Celso Müller Martin

Prof. Fábio Gomes da Silva

Profa. Angélica Lucia Carlini

Professora conteudista: Josefa Alexandrina da Silva

Possui graduação em Ciências Sociais (1990) e mestrado em Ciências Sociais (1997) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, é doutoranda do programa de pós-graduação na área de educação: currículo pela mesma instituição.

É professora adjunta da Universidade Paulista, onde atua como líder da disciplina *Ciências Sociais*, e docente do curso de Administração de Empresas no *campus* Marquês de São Vicente da mesma universidade, em São Paulo.

Foi membro da equipe técnica de sociologia da Secretaria de Estado da Educação e coordenadora de conteúdos para educação à distância na Fundação Padre Anchieta. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em ensino, atuando principalmente a partir das seguintes áreas: política educacional, precarização do trabalho, trabalho docente, metodologia de ensino, educação a distância e currículo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Josefa Alexandrina da

Ciências Sociais. / Josefa Alexandrina da Silva. - São Paulo: Editora Sol, 2011.
128 p., il.

Notas: este volume está publicado nos Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ano XVII, n. 2-034/11, ISSN 1517-9230.

1. Sociologia. 2. Pensamento Clássico 3. Sociologia Contemporânea I.Título

CDU 303

Prof. Dr. João Carlos Di Genio
Reitor

Prof. Fábio Romeu de Carvalho
Vice-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças

Profa. Melânia Dalla Torre
Vice-Reitora de Unidades Universitárias

Prof. Dr. Yugo Okida
Vice-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Marília Ancona-Lopez
Vice-Reitora de Graduação

Unip Interativa – EaD

Profa. Elisabete Brihy

Prof. Marcelo Souza

Profa. Melissa Larrabure

Material Didático – EaD

Comissão editorial:

Dra. Angélica L. Carlini (UNIP)
Dr. Cid Santos Gesteira (UFBA)
Dra. Divane Alves da Silva (UNIP)
Dr. Ivan Dias da Motta (CESUMAR)
Dra. Kátia Mosorov Alonso (UFMT)
Dra. Valéria de Carvalho (UNIP)

Apoio:

Profa. Cláudia Regina Baptista – EaD
Profa. Betisa Malaman – Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos

Projeto gráfico:

Prof. Alexandre Ponzetto

Revisão:

Simone Oliveira

Sumário

Ciências Sociais

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	7

Unidade I

1 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE O SOCIAL	13
1.1 As origens do pensamento científico sobre o social.....	13
1.2 A sociologia pré-científica.....	16
1.2.1 Renascimento.....	16
1.2.2 O século das luzes.....	19
1.3 O pensamento científico sobre o social	23
1.3.1 Augusto Comte (1798-1857).....	23
2 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XVIII	27
2.1 Revoluções burguesas.....	27
2.1.1 Revolução Francesa	28
2.1.2 Revolução Industrial.....	30
3 AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CLÁSSICO	38
3.1 Émile Durkheim e o pensamento positivista.....	39
3.1.1 A relação indivíduo <i>versus</i> sociedade.....	41
3.1.2 Os fatos sociais e a consciência coletiva.....	42
3.1.3 O crime.....	43
3.1.4 Solidariedade mecânica e orgânica.....	45
3.2 Karl Marx e o materialismo histórico e dialético	47
3.2.1 Divisão do trabalho social	49
3.2.2 Classes sociais.....	50
3.2.3 Salário, valor, lucro e mais-valia.....	51
3.2.4 Ideologia burguesa e alienação	52
3.2.5 A amplitude da contribuição de Karl Marx	53
3.3 Max Weber e a busca das conexões de sentido.....	54
3.3.1 Ação social e tipo ideal.....	54
3.3.2 A tarefa do cientista	55
3.3.3 A ética protestante e o espírito do capitalismo.....	56
3.3.4 Teoria da burocracia e os tipos de dominação	58
4 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO BRASIL	60
4.1 Industrialização e formação da sociedade de classes.....	61
4.2 O capitalismo dependente.....	61

Unidade II

5 A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	70
5.1 A globalização comercial e financeira	72
5.2 As novas tecnologias	73
5.3 A globalização cultural.....	74
6 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	75
6.1 Precarização das relações de trabalho.....	76
6.2 Desemprego estrutural e informalidade.....	78
7 POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DIREITOS DO CIDADÃO	82
7.1 Política, poder e Estado.....	82
7.1.1 Interesses particulares, grupais e gerais	83
7.2 Democracia e cidadania	83
7.3 Participação política.....	84
8 AS QUESTÕES URBANAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	86
8.1 A cidade e seus problemas	87
8.2 Violência urbana	87
8.3 Movimentos sociais.....	88
8.3.1 Características dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade.....	90
8.4 A sociedade em movimento	92
8.4.1 O movimento feminista	93
8.4.2 O movimento ambientalista.....	95
8.5 Movimentos da sociedade em rede	97
8.6 Os novos movimentos sociais	101

APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

Partindo das premissas básicas que norteiam a missão da universidade de atuar para o progresso da comunidade, para o fortalecimento da solidariedade entre os homens e para o desenvolvimento do país, a disciplina *Ciências Sociais* visa contribuir com a compreensão da realidade global através do estudo da formação da sociedade contemporânea.

Para isso, os objetivos da disciplina se focam numa compreensão construída sob a perspectiva científica, a fim de permitir o entendimento dos principais problemas da sociedade capitalista a partir do desenvolvimento das seguintes competências:

- Senso crítico e capacidade de contextualização;
- Pensamento estratégico;
- Visão sistêmica;
- Consciência ética e social.

Além disso, através das estratégias de trabalho e de avaliação, os alunos deverão ter a oportunidade de também aprimorar:

- A comunicação e a expressão;
- O desenvolvimento pessoal;
- O trabalho em equipe.

De forma mais específica, o objetivo primeiro da disciplina *Ciências Sociais* é levar os estudantes a compreender que o capitalismo é um modo de organização econômica e social construído historicamente e refletir sobre os fundamentos teóricos desse modelo de sociedade.

Outro objetivo da disciplina tem a ver com o aprendizado dos diferentes princípios explicativos para os fenômenos sociais. Esses princípios abarcam diferentes estilos de pensamento e distintas visões de sociedade e de mundo.

Por fim, busca-se a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive e, principalmente, que reflita frente aos diferentes princípios explicativos sobre os problemas latentes do mundo contemporâneo.

INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é fornecer aos alunos material de apoio para o acompanhamento da disciplina *Ciências Sociais*. A primeira questão que precisa ser colocada é: qual o sentido do aprendizado das ciências sociais na formação universitária?

As ciências sociais se definem a partir da possibilidade de o homem contemporâneo entender a realidade social em que vive sob uma perspectiva científica.

A sociologia como ciência é vista por Mills (1965, p. 11) como um "conhecimento capaz de conduzir o homem comum a compreender os nexos que ligam sua vida individual com os processos sociais mais gerais". A percepção que o homem comum tem da realidade social é marcada pelo seu cenário mais imediato, o do cotidiano, levando-o à formação de uma visão distorcida do todo. Segundo Mills (1965), a superação dessa condição de alienação se dá com o desenvolvimento do que chama de "imaginação sociológica", que permite "usar a informação e desenvolver a razão".

Ianni (1988) aponta que a realidade não se mostra em sua totalidade e que a compreensão abrangente do mundo depende da ciência. O autor concebe a sociologia como a *autoconsciência* da sociedade, pela sua capacidade de levar o ser humano a refletir sobre os rumos da vida social.

Ao refletir sobre o sentido da sociologia, Giddens (2001) atribui a essa ciência um papel central para a compreensão das forças sociais que vêm transformando nossas vidas. Para ele, a vida social tornou-se episódica, fragmentária e marcada por incertezas. Sendo assim, o pensamento sociológico deve contribuir para seu entendimento.

Todos nós vivemos em sociedade e, pela nossa condição humana, somos capazes de elaborar uma visão sobre o mundo e formular hipóteses e opiniões sobre os eventos sociais. No entanto, isso ainda não é ciência. O que vai caracterizar a reflexão científica sobre o social é a utilização de métodos adequados de análise e formulação de teorias. Mesmo sem ter estudado uma ciência, todas as pessoas conhecem certos fatos sociais. Os temas do nosso curso são familiares ao senso comum, porém, espera-se que vocês, estudantes, superem esse senso comum para desenvolver uma reflexão mais elaborada sobre a sociedade em que vivem. É importante salientar que o conhecimento científico é crítico, pois esforça-se por descobrir bases sólidas e justificações claras e exatas, enquanto o senso comum limita-se ao conhecimento superficial.



Figura 01 – Homem e engrenagens girando

Por ser uma ciência que se preocupa com o entendimento das regras que organizam a vida social, a sociologia desenvolveu métodos de análise que buscam tornar a ação social humana explicável por meio de informações baseadas em conhecimentos precisos. O saber sociológico é organizado e isso se evidencia no empenho pela construção de sistemas que formem conjuntos nos quais os elementos estejam relacionados de maneira ordenada. Ainda, outra característica da sociologia é que seus conhecimentos são gerais, ou seja, trata-se de um conjunto de fatos e situações e não apenas de um estudo de determinadas circunstâncias isoladas.

Desse modo, o conhecimento científico sobre o mundo social não é produto de uma sequência de acasos ou situações imprevisíveis. É preciso orientar a inteligência para certa noção de ordem social, pois a realidade social é capaz de ser observada, entendida e explicada à luz da razão.

Ao explicar relações entre acontecimentos complexos e diferenciados, o conhecimento sociológico permite ao ser humano transpor os limites de sua condição particular e perceber-se como parte de uma totalidade mais ampla. Isso faz da sociologia um conhecimento indispensável num mundo que diferencia e isola os homens e os grupos entre si.



Figura 02 – Livros

Mas, afinal, o que se estuda na disciplina *Ciências Sociais*?

Iniciamos nosso curso discutindo o processo de formação do pensamento científico sobre o mundo social. Procuraremos conhecer a sociedade capitalista na qual estamos imersos sob a perspectiva científica. Para tanto, será necessário refletir sobre os fundamentos desse modelo de organização social que se desenvolveu na Europa a partir do século XV.

Num segundo momento, discutiremos rapidamente um conjunto de transformações sociais que ocorreram na Europa no século XVIII e conduziram o sistema capitalista a se firmar como hegemônico no mundo.

Em seguida, discutiremos sobre as principais contribuições de autores clássicos da sociologia. A intenção dessa discussão é refletirmos conjuntamente sobre a pertinência das análises desses autores no entendimento do mundo atual.

Não podemos deixar de discutir também a sociedade brasileira. Por isso, vamos abordar como se deu a inserção do Brasil no sistema capitalista, sua industrialização, sua urbanização e procuraremos entender de que maneira criamos um sistema econômico dependente de recursos e tecnologia externos.

De posse de referências mais consistentes sobre o sistema capitalista, nos voltaremos à compreensão da sociedade atual. Discutiremos o que é globalização, o impacto das novas tecnologias e seguiremos analisando as transformações no mundo do trabalho que têm conduzido aos processos de precarização do trabalho, desemprego e informalidade.

No senso comum, é usual encontrarmos pessoas simples que atribuem todas as mazelas de sua existência ao governo. Como queremos fugir do senso comum, vamos refletir: afinal, o que é política? O que é poder? Qual é o papel do Estado? A participação política é importante?

Dedicaremos o final do nosso curso para analisar as questões urbanas. Sabemos hoje que a maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas, e essas são portadoras de inúmeros problemas, como a questão ambiental e a violência, por exemplo. Assim, não podemos deixar de olhar esses assuntos novamente sob uma perspectiva científica.

Por último, trataremos dos movimentos sociais, pois a vida em sociedade é extremamente dinâmica e marcada por lutas constantes de grupos sociais que defendem interesses específicos.

Assim, espera-se que vocês, alunos, desenvolvam um olhar mais crítico sobre a sociedade, o que certamente contribuirá para o seu aprimoramento profissional. A seguir, um texto complementar para marcar o início do nosso trabalho.

Bons estudos!

Estratégias para o desenvolvimento da reflexão sociológica: o uso da produção cinematográfica



Figura 03 – Hollywood, em Los Angeles, Califórnia (EUA)

Os estudos sobre a utilização do cinema como recurso para o ensino da sociologia têm apontado para a complementaridade que o filme pode exercer no despertar da reflexão crítica sobre a sociedade.

Mesmo filmes do circuito comercial, que são produzidos para um público amplo, tratam de temas do cotidiano e, por isso, oferecem possibilidades para a análise de temas básicos da sociologia, já que o cinema representa o imaginário social.

Os filmes possibilitarão a percepção e discussão das realidades retratadas a partir de referenciais teóricos a serem discutidos no decorrer do curso, o que ampliará e refinará a compreensão de conceitos e teorias, além de auxiliar no processo de contextualização histórica.

O cinema pode provocar um tipo de pensamento que ultrapassa o âmbito do senso comum e gera um novo olhar sobre o mundo, contribuindo, assim, para a formação de uma consciência da diversidade e da pluralidade e para o entendimento sobre o nosso próprio comportamento social.

Desse modo, é necessário que haja adequação dos filmes selecionados ao conteúdo da disciplina *Ciências Sociais*, já que o filme pode servir como forma de ilustrar conteúdos. Martins (1990), por exemplo, enfatiza justamente que o desenvolvimento de um olhar sobre o filme possibilita a apreensão de "comportamentos, visões de mundo, valores, identidades e ideologias de uma sociedade".

A utilização de filmes pode contribuir para estimular a prática de estudos independentes e transversais que ajudam a desenvolver o senso crítico e a capacidade de contextualização.

A partir dessas considerações iniciais, os filmes que serão indicados ao longo deste livro-texto aprofundarão suas reflexões sobre os assuntos abordados durante o curso. É importante ler os textos e, em seguida, assistir aos filmes indicados, tendo por premissa a análise dos detalhes das obras cinematográficas em relação aos conceitos lidos e discutidos. Por fim, procure sempre elaborar os seguintes questionamentos:

- Qual a relação entre a história do filme e a realidade em que vivemos?
- Em que época e local se passam os fatos narrados na obra?
- Qual a mensagem do filme?
- Após assistir ao filme, a qual conclusão pode-se chegar sobre ele?

Além disso, acreditamos também que o hábito de assistir a filmes acrescenta prazer ao processo de aprendizado da sociologia.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, leia os textos indicados a seguir:

MARTINS, A. L. Cinema e ensino de sociologia: usos de filme em sala de aula. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. UFPE, Recife, 2007. Disponível em <<http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/60/Cinema%20e%20Ensino%20de%20Sociologia.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

PAIVA JÚNIOR, Y. E. B. Viver e pensar o cotidiano. *Revista Sociologia*, São Paulo, n. 32, 2010. Seção Reportagens. Disponível em <<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/32/artigo194177-1.asp>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

Unidade I

1 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE O SOCIAL

1.1 As origens do pensamento científico sobre o social

Desde que o ser humano desenvolveu a capacidade de pensar, está em busca de explicações para os fenômenos que o circundam. A partir dessa preocupação básica, o homem se tornou produtor de conhecimento sobre o mundo. Num primeiro momento, as explicações sobre o funcionamento da natureza e da vida humana eram dadas a partir de mitos e explicações mágicas não pautadas em um sistema lógico e coerente. Posteriormente, foram criadas outras formas de conhecer e explicar o mundo, como as religiões, a filosofia e a ciência.

Nesta unidade, nosso propósito é identificar as diferentes formas de se pensar a vida social e delimitar nosso campo de estudo científico.

O conhecimento mítico se manifesta através de um conjunto de histórias, lendas e crenças. Os mitos carregam mensagens que traduzem os costumes de um povo e constituem um discurso explicativo da vida social. O mito se explica pela fé, ou seja, não precisa de comprovação.

Segundo Meksenas (1993, p. 39), "o mito fez com que o ser humano procurasse entender o mundo através do sentimento e busca da ordem das coisas". Na medida em que o homem desenvolveu sua consciência, sentiu necessidade de descobrir as leis que regem o mundo e procurou entendê-lo de um modo racional. Enquanto o mito contribuía para o homem aceitar o mundo através de histórias, a filosofia atuou no sentido de permitir o entendimento das coisas através da reflexão sobre elas.

O conhecimento filosófico é valorativo¹, porém, se apoia na formulação de hipóteses, é pautado na razão e tem como finalidade buscar uma representação coerente da realidade estudada. Como ilustram Lakatos e Marconi (2009, p. 19), "o conhecimento filosófico é caracterizado pelo esforço da razão pura para questionar os problemas humanos e poder discernir entre o certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da razão humana".

¹ O termo *valorativo* é aqui empregado com o sentido de emitir juízo de valor.



Figura 04 – Adão e Eva provando o fruto da Árvore do conhecimento (Adán y Eva, de Vecellio di Gregorio Tiziano, 1628-1629)

De acordo com Sócrates (*apud* MEKSENAS, 1993, p. 41), "não existe no mundo conhecimento pronto, acabado e que, se desejamos chegar à raiz do conhecimento, devemos – em primeiro lugar – criticar o que já conhecemos".

O conhecimento religioso também se baseia em doutrinas valorativas, mas suas verdades são consideradas indiscutíveis. É um tipo de conhecimento que não se vale diretamente da razão e da experimentação, mas sim da fé na revelação divina. Esse conhecimento se impôs como dominante no mundo ocidental durante o período medieval e, assim, o cristianismo impediu o florescimento de outras maneiras de conhecer a realidade e se constituiu um saber absoluto que justificava o poder de uma instituição: a igreja Católica.

Quanto ao senso comum, ele é a nossa primeira forma de compreensão do mundo, resultante da herança cultural dos grupos sociais onde estamos inseridos. É um conhecimento transmitido de geração em geração por meio da educação informal e é baseado em imitações e experiências pessoais.

Todos os seres humanos possuem conhecimentos práticos de como agir e de como participar das instituições. O senso comum é um saber que parte da prática do homem comum, do não especialista. É um conhecimento que se volta à compreensão dos dados imediatos e não procura explicações profundas dos eventos.

As transformações que ocorreram no mundo a partir do século XVI – como as grandes navegações e a internacionalização do comércio – foram acompanhadas pela crítica ao poder eclesiástico de explicar a realidade.

Com a desagregação do mundo feudal, foi conferida uma importância única ao conhecimento científico. Surgiu uma necessidade histórica de formular um saber que permitisse estabelecer um critério de verdade pautado na razão e na funcionalidade.

A razão, ou capacidade racional do homem de conhecer a realidade, foi definida como elemento essencial para confrontar o dogmatismo religioso e a autoridade eclesial. O desenvolvimento da razão conduziu a uma nova atitude diante da possibilidade de explicar os fatos sociais de maneira lógica e coerente (COSTA, 2005).

O conhecimento científico se pauta na realidade concreta e é baseado na experimentação e não apenas na razão. É um saber que possui uma ordenação lógica e busca constantemente se repensar. A característica elementar do pensamento científico é a procura pela verdade através do desenvolvimento de métodos de análise e de uma linguagem objetiva que evite ambiguidades.



Figura 05 – Pesquisa científica

Esse tipo de saber é produzido e transmitido através de treinamento apropriado nos institutos de pesquisa e nas universidades. Trata-se de um conhecimento desenvolvido no mundo ocidental a partir do século XVII.

Portanto, mito, religião, filosofia e ciência são formas de conhecimento produzidas pelo ser humano e o sentido da busca pelo conhecimento é chegar à verdade.

Para refletir: qual a diferença entre conhecimento mítico, filosófico e científico? Por que a universidade é o espaço do pensamento científico?

Cada forma de conhecer o mundo é representada por instituições próprias. O pensamento religioso é amplamente difundido por instituições religiosas. O senso comum está disseminado por toda a sociedade e encontra nos meios de comunicação de massa espaço para sua expressão. Mas, e o conhecimento científico?

A universidade é concebida como centro de criação e difusão do conhecimento científico. Materializa-se pela união de professores e alunos para o avanço do conhecimento. Seu compromisso é com o desenvolvimento da ciência e da sociedade através da formação de profissionais

competentes e com sólida formação científica. Desse modo, nosso foco neste curso se volta para a análise científica da sociedade, pois nosso compromisso institucional é com o desenvolvimento da ciência.



Figura 06 – Homem estudando



Saiba mais

Para saber mais sobre a natureza da ciência social e o conhecimento do mundo, consulte a obra a seguir:

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

1.2 A sociologia pré-científica

1.2.1 Renascimento

Neste tópico, abordaremos a contribuição de alguns filósofos para a compreensão das transformações sociais que culminaram no desenvolvimento do capitalismo.



Observação

O termo *sociologia pré-científica* foi desenvolvido pela professora Cristina Costa e se refere ao pensamento social anterior ao desenvolvimento da sociologia como ciência. Trata-se do pensamento filosófico que se desenvolveu a partir do Renascimento e se estendeu até a Ilustração.

No século XV, significativas mudanças ocorreram na Europa: iniciou-se uma nova era marcada por inovações na organização do trabalho e por transformações no modo de o homem conceber o conhecimento, a partir de então pautado na razão e na ciência.

Além de se preocupar com o desenvolvimento de explicações racionais sobre o funcionamento da natureza, o homem renascentista passou a se preocupar com a questão de como utilizar melhor os recursos naturais com o intuito de aumentar a produtividade e o lucro. Essa nova forma de conhecimento da natureza e da sociedade se fundamentou em processos de experimentação e observação e foi representada pelas obras de Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650).

O pensamento social do Renascimento se expressou também na criação imaginária de mundos ideais que mostrariam como a realidade deveria ser, sugerindo que tal sociedade seria construída pelos homens através de sua ação e não pela crença ou pela fé.

Em *A Utopia*, Thomas Morus (1478-1535) defende a igualdade e a concórdia e concebe um modelo de sociedade no qual todos têm as mesmas condições de vida e executam em rodízio os mesmos trabalhos.



Figura 08 – Thomas Morus

Em sua obra *O Príncipe*, Maquiavel afirma que o destino da sociedade depende da ação dos governantes e explora as condições pelas quais um monarca absoluto é capaz de obter êxito. Além disso, o autor analisa as condições para se chegar a conquistas, reinar e manter o poder. Maquiavel acredita que o poder depende das características pessoais do governante, de suas virtudes, das circunstâncias históricas e de fatos que ocorrem independentemente de sua vontade.

A obra *O Príncipe* ainda disserta a respeito das relações que o monarca deve manter com a nobreza, o clero e o povo:

[*O Príncipe*] mostra como deve agir o soberano para alcançar e preservar o poder, como manipular a vontade popular e usufruir seus poderes e aliados. Como conseguir exércitos fiéis, como castigar inimigos, como recompensar aliados, como destruir na memória do povo a imagem dos antigos líderes (COSTA, 2005, p. 34).

A importância dessa obra reside no tratamento dado ao poder, que passou a ser visto a partir da razão e da habilidade do governante para nele se manter, separando, assim, a análise do exercício do poder da ética.



Figura 09 – Príncipe César Bórgia e Nicolau Maquiavel

Segundo Costa (2005), as ideias de Thomas Morus e Maquiavel expressavam os valores de uma sociedade em mudança, portadora de uma visão laica de si e do poder.

Com o Renascimento, novos valores sociais passaram a ser compartilhados entre os homens. Houve uma crescente valorização da riqueza em detrimento da origem do indivíduo e a ordem social se voltou para a competição por novos mercados e ampliação do consumo.

Com o desenvolvimento das atividades comerciais, uma nova classe social ganhou evidência: a burguesia comercial, constituída por comerciantes que aspiravam lucros e tinham interesses de domínio político.

Os valores sociais da sociedade moderna eram:

- Antropocentrismo: o homem se coloca como centro de tudo;
- Laicidade: separação das questões transcendentais das preocupações imediatas do dia a dia;
- Individualismo: valorização da autonomia individual em detrimento da coletividade;
- Racionalismo: modo de pensar que atribui valor somente à razão;
- Hedonismo: dedicação ao prazer como estilo de vida.



Saiba mais

O pensamento renascentista foi expresso em obras importantes, tais como:

ALIGHIERI, D. *A Divina Comédia*. Trad. Ítalo E. Mauro. São Paulo: 34, 2010.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MORUS, T. *A Utopia*. Trad. Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SHAKESPEARE, W. *Macbeth*. Trad. M. Bandeira. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. *Romeu e Julieta*. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 1998.

Se houver dificuldade no acesso a essas obras, todas elas estão disponíveis no diretório <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>.

1.2.2 O século das luzes

A partir do século XVII, o capitalismo entrou em franca expansão pelo mundo. Os valores sociais básicos burgueses se voltaram para o individualismo e para a busca pelo lucro. A expansão das atividades comerciais conduziu a uma procura crescente pelo aumento da produtividade e esse aumento precisou do desenvolvimento tecnológico e da racionalidade no planejamento da produção. Desse modo, recorreu-se ao apoio na razão como fonte de conhecimento das atividades econômicas.

Com a Ilustração², as ideias de racionalidade e liberdade se converteram em valores supremos. A racionalidade aqui é compreendida como a capacidade humana de pensar e escolher.

² Movimento filosófico do século XVIII que partia da convicção na razão como fonte de conhecimento.



Figura 10 – Estátua da Liberdade



Lembrete

A liberdade é concebida sob a perspectiva política. As relações entre os homens devem ser pautadas na liberdade contratual, desse modo, todos os homens são livres e iguais.

De acordo com Quintaneiro (2002):

A ideia de liberdade passou, então, a conotar emancipação do indivíduo da autoridade social e religiosa, conquista de direitos e autonomia frente às instituições. A burguesia europeia ilustrada acredita que a ação racional traria ordem ao mundo, sendo a desordem um mero resultado da ignorância. Educados, os seres humanos seriam bons e iguais (QUINTANEIRO, 2002, p. 13).

É interessante observar que a concepção de liberdade e igualdade no período em questão ainda não concebia a igualdade civil entre homens e mulheres, ou seja, as mulheres ainda possuíam um *status* inferior ao dos homens.³

³ Quintaneiro (2002) ainda relata que Helvétius afirmou em 1758 que as diferenças entre os seres humanos não se referiam à sua capacidade de conhecer, mas a fatores sociais, políticos ou morais. Propunha que a educação deveria ser oferecida igualmente a homens e mulheres. Seu livro foi tão revolucionário para a época que foi condenado pelo Papa e queimado no Parlamento de Paris e na Faculdade de Teologia.

Os filósofos iluministas concebiam a política como uma coletividade organizada e contratual. O poder surgiu como uma construção lógica e jurídica que independia de quem o ocupava e se fazia de forma temporária ou representativa.

A sociedade passou a ser vista como portadora de diferentes instâncias como a política, a jurídica, a social e a econômica, ou seja, surgiu a percepção de que o funcionamento da sociedade dependia da relação entre as partes que a compunham (COSTA, 2005).

Em um contexto de luta contra o poder absolutista⁴ que travava o desenvolvimento do comércio e a efetivação dos princípios de representatividade política, as massas foram conclamadas a defender a democracia e a igualdade jurídica entre os homens na constituição de um regime republicano.

A partir daí inicia-se o *liberalismo*, ideologia política que preconiza a liberdade da economia frente ao poder. Desse modo, a economia deveria ser regida por leis próprias (a lei da oferta e da procura) e a organização do Estado se voltaria para a defesa dos interesses burgueses.

Em sua obra *O contrato social*, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) afirma que a base da sociedade estava no interesse comum pela vida social e no consentimento unânime dos homens em renunciar a suas vontades em favor de toda a comunidade (COSTA, 2005).

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social.

(...) Todas essas cláusulas, bem entendido, se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade; porque primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para outros (ROUSSEAU, 1978, p. 30).

Quanto à desigualdade social, Rousseau identificou na propriedade privada a fonte das injustiças sociais e defendeu um modelo de sociedade pautada em princípios de igualdade. Sobre a desigualdade entre os homens, Rousseau afirma:

Eu concebo na espécie humana duas espécies de desigualdades: uma, que chamo de natural ou física, porque foi estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças corporais e

⁴ O absolutismo foi um sistema político de governo em que os dirigentes assumiam poderes absolutos, sem limitações ou restrições, passando a exercer de fato e de direito todos os atributos da soberania. Esse sistema político perdurou na Europa entre os séculos XV e XVIII.

das qualidades do espírito ou da alma; outra, a que se pode chamar de desigualdade moral ou política, pois depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos que estes, ou mesmo mais obedecidos (ROUSSEAU, 1978, p. 143).

Em relação à identificação da propriedade privada como fonte das desigualdades e da injustiça social, Rousseau coloca que:

O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.

Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: "Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!" (ROUSSEAU, 1978, p. 175).

A partir das ideias expostas, Rousseau se tornou partidário de uma sociedade que defendesse princípios igualitários e preservasse uma base livre e contratual.

Assim como Rousseau, John Locke (1632-1704) era partidário da ideia de que a sociedade é resultante da livre associação entre indivíduos dotados de razão e vontade, porém, diferentemente daquele, Locke reconhecia a diferença entre os direitos individuais e o respeito à propriedade e defendia que os princípios de organização social fossem codificados em torno de uma Constituição.

John Locke concebia a propriedade privada como um direito natural do ser humano. Todo indivíduo teria o direito de usá-la em seu proveito para sobrevivência ou para ampliar seus bens e aumentar sua riqueza.

Segundo Lucien Goldmann (1913-1979), os valores fundamentais defendidos pelos filósofos iluministas, como igualdade jurídica, liberdade contratual e respeito à propriedade privada, foram apropriados pela burguesia como os fundamentos da atividade comercial. Basta pensarmos em como operam as relações comerciais até os dias de hoje: são relações que, independentemente das desigualdades sociais, são marcadas pelo princípio da igualdade jurídica. Esse princípio prevalece mesmo na relação entre desiguais economicamente. A defesa da propriedade privada confere a seu proprietário o poder de usar e dispor livremente daquilo que lhe pertence.

Concluimos, portanto, que a sociologia pré-científica foi caracterizada por estudos sobre a vida social que não tinham como preocupação central conhecer a realidade como ela era, mas sim propor formas ideais de organização social. O pensamento filosófico de então já concebia diferenças entre indivíduo e

coletividade e, como afirma Costa (2005, p. 49), "(...) presos ainda ao princípio da individualidade, esses filósofos entendiam a vida coletiva como a fusão de sujeitos, possibilitada pela manifestação explícita das suas vontades".



Saiba mais

Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto aqui abordado, consulte as obras listadas a seguir:

DESCARTES, R. *O Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1978.

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

1.3 O pensamento científico sobre o social

Até aqui, percebemos que a inquietação em conhecer e explicar os fenômenos sociais sempre foi uma preocupação da humanidade. Porém, a explicação com base científica é fruto da sociedade moderna, industrial e capitalista. A formação da sociologia no século XIX significou que o pensamento sobre o social se desvinculou das tradições morais e religiosas. Como afirma Costa (2005):

Tornava-se necessário entender as bases da vida social humana e da organização da sociedade por meio de um pensamento que permitisse a observação, o controle e a formulação de explicações plausíveis, e que tivessem credibilidade num mundo pautado pelo racionalismo (COSTA, 2005, p. 18).

1.3.1 Augusto Comte (1798-1857)

Augusto Comte nasceu em Montpellier, na França, em 1798. Aos 16 anos, ingressou na Escola Politécnica de Paris, fato que exerceu grande influência na orientação de seu pensamento. Em carta de 1842 à John Stuart Mill (1806-1873), Comte fala da Politécnica como a primeira comunidade verdadeiramente científica que deveria servir como modelo de toda educação superior. Contudo, dois anos depois, ele foi expulso da instituição por insubordinação e rebelião.

Amigo e secretário de Saint-Simon — que colaborou imensamente em sua formação intelectual —, Comte desenvolveu um curso de filosofia positiva ministrado em sua casa e obteve reconhecimento. Em 1831, foi convidado a trabalhar como professor na própria Escola Politécnica, onde se dedicou ao magistério e à elaboração de seus livros. Comte morreu em Paris em 1857 e é considerado o fundador da sociologia.



Saiba mais

Infelizmente, a maior parte das obras de Augusto Comte não foi traduzida para o português. Suas principais obras editadas em português são:

Reorganizar a Sociedade. São Paulo: Escala, 2009.

Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Escala, 2009.

Comte foi o autor que desenvolveu pela primeira vez reflexões acerca do mundo social sob bases científicas. Influenciado pelo cientificismo⁵ e o organicismo⁶, o teórico compreendia a sociedade como um grande organismo no qual cada parte possuía uma função específica, assim, o bom funcionamento do corpo social dependia da atuação de cada órgão.



Figura 11 – O corpo humano



Observação

Referências ao funcionamento do corpo humano e à teoria da evolução geral das espécies de Darwin foram utilizadas como parâmetros para o estudo da sociedade.

⁵ Crença no poder absoluto da razão para explicar todas as coisas.

⁶ O organicismo concebe a sociedade como um grande corpo humano constituído de partes coesas e integradas que funcionam harmonicamente (COSTA, 2005).

De acordo com Comte, a sociedade teria passado por três fases ao longo da história: a teológica, a metafísica e a científica. O autor concebia a fase teológica como aquela em que os homens recorriam à vontade de Deus para explicar os fenômenos da natureza. Na fase metafísica, o homem já seria capaz de utilizar conceitos abstratos, entretanto, é somente na fase científica, que corresponde à sociedade industrial, que o conhecimento passou a se pautar na descoberta de leis objetivas para determinar os fenômenos.

Comte procurou estudar o que já havia sido acumulado em termos de conhecimentos e métodos por outras ciências, como a matemática, a biologia e a física, para saber quais deles poderiam ser utilizados na sociologia. O teórico buscava garantir assim um estatuto científico à sociologia, como indica Costa (2005):

Foi ele o primeiro a definir precisamente o objeto, a estabelecer conceitos e uma metodologia de investigação e, além disso, a definir a especificidade do estudo científico da sociedade (COSTA, 2005, p. 70).

Preocupado com os problemas sociais de sua época, Comte concebia que o papel da sociologia como ciência seria o de conhecer as leis que regem a vida social para poder prever os fenômenos e agir racionalmente, sempre respeitando os princípios gerais que regem o mundo, a manutenção da ordem e o caminho para o progresso.

Para o autor, todas as sociedades possuíam movimentos vitais de evolução e de ajustamento. Identificado com o progresso, o primeiro movimento conduziria as sociedades a sistemas mais complexos de existência. É como se houvesse um movimento inexorável que conduziria todas as sociedades para o progresso. Identificado com a ordem, o segundo movimento, por sua vez, seria responsável pela adaptação dos indivíduos ao meio social, ajustando os indivíduos às condições estabelecidas. Esse movimento seria o responsável pela preservação dos elementos permanentes de toda organização social, como a família e a religião, por exemplo. Desse modo, todas as sociedades teriam um duplo movimento: caminhariam para o progresso e preservariam, ao mesmo tempo, a ordem social.

Observe como os movimentos identificados por Comte se relacionam com a bandeira brasileira:



Figura 12 – Bandeira do Brasil

Análise a bandeira nacional e reflita: Nossa bandeira tem alguma relação com o pensamento de Augusto Comte? O Brasil é um país que se orienta pelos princípios de ordem e progresso?

Comte foi um dos principais expoentes do positivismo, uma corrente de pensamento filosófico que aceitava os problemas advindos da industrialização e da urbanização como um dado da realidade. O termo surgiu em oposição aos grupos intelectuais que defendiam a volta ao passado agrário e feudal.

O estudioso foi um crítico das ideias de Rousseau, pois, para ele, o homem é um animal gregário por natureza e o indivíduo só pode ser explicado pela sociedade. Além disso, Comte concebe a família como a verdadeira célula social.

Para o autor, a propagação das ideias iluministas que preconizavam a liberdade e a igualdade entre os homens conduziu estes à discórdia. O restabelecimento da coesão social só seria possível com a constituição de uma nova ordem de ideias e conhecimentos representados pelo positivismo (MARTINS, 1990).

Como afirma o sociólogo Carlos Benedito Martins (1990):

O advento da sociologia representava para Comte o coroamento da evolução do conhecimento científico, já constituído em várias áreas do saber (...). Ela deveria utilizar em suas investigações os mesmos procedimentos das ciências naturais, tais como a observação, a experimentação, a comparação etc. (MARTINS, 1990, p. 44).

O conhecimento sociológico permite ao homem transpor os limites de sua condição particular para percebê-la como parte de uma totalidade mais ampla, que é o todo social. Isso faz da sociologia um conhecimento indispensável num mundo que, à medida que cresce, mais diferencia e isola os homens e os grupos entre si.



Saiba mais

O texto indicado abaixo permite um aprofundamento sobre o conceito de *positivismo*:

GIANNOTTI, J. A. A primeira vítima do positivismo. *CulturaBrasil*. s. d. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/clotilde.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

Os filmes sugeridos a seguir apresentam um panorama do período histórico sobre o qual discorreremos até aqui:

EM NOME de Deus. Dir. Stealin Heaven. Estados Unidos. 1988. 108 min.

JOANA D'Arc. Dir. Luc Besson. França. 1999. 158 min.

O NOME da Rosa. Dir. Jean-Jacques Annaud. Estados Unidos. 1986. 131 min.

ROMEU e Julieta. Dir. Baz Luhrmann. Estados Unidos. 1996. 120 min.

SHAKESPEARE Apaixonado. Dir. John Madden. Estados Unidos/Inglaterra. 1998. 122 min.

1492 – A conquista do Paraíso. Dir. Ridley Scott. Espanha/França/Inglaterra. 1992. 150 min.

2 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XVIII

2.1 Revoluções burguesas

O intuito deste tópico é analisar o contexto em que o capitalismo se impôs como modo de organização econômica, social e política predominante na sociedade moderna.



Figura 13 – Patrick Henry Rothermel: a luta da burguesia americana contra a Lei do Selo (1765)



Lembrete

Por revoluções burguesas entende-se um conjunto de movimentos que ocorreram no século XVIII na Europa e nos Estados Unidos.

As revoluções burguesas foram: a Revolução Gloriosa (1680), na Inglaterra, a Revolução Francesa (1789), a Independência Americana (1776) e a Revolução Industrial inglesa a partir de 1750. Neste curso, somente as revoluções Francesa e Industrial serão nosso foco, pois ambas constituem as duas faces de um mesmo processo: a consolidação do regime capitalista moderno.

O que caracterizou esses movimentos revolucionários foi sua capacidade de suplantarem as formas feudais de organização social. Sua importância está no estímulo dado ao desenvolvimento do capitalismo, pois essas revoluções colocaram um fim às monarquias absolutistas e contribuíram para a eliminação de barreiras que impediam o livre desenvolvimento econômico.

2.1.1 Revolução Francesa

As ideias iluministas exerceram profunda influência sobre a sociedade francesa ao longo do século XVIII. A crescente crítica racional da vida em sociedade propiciou ao povo questionar as instituições políticas absolutistas e de base feudal presentes na França.

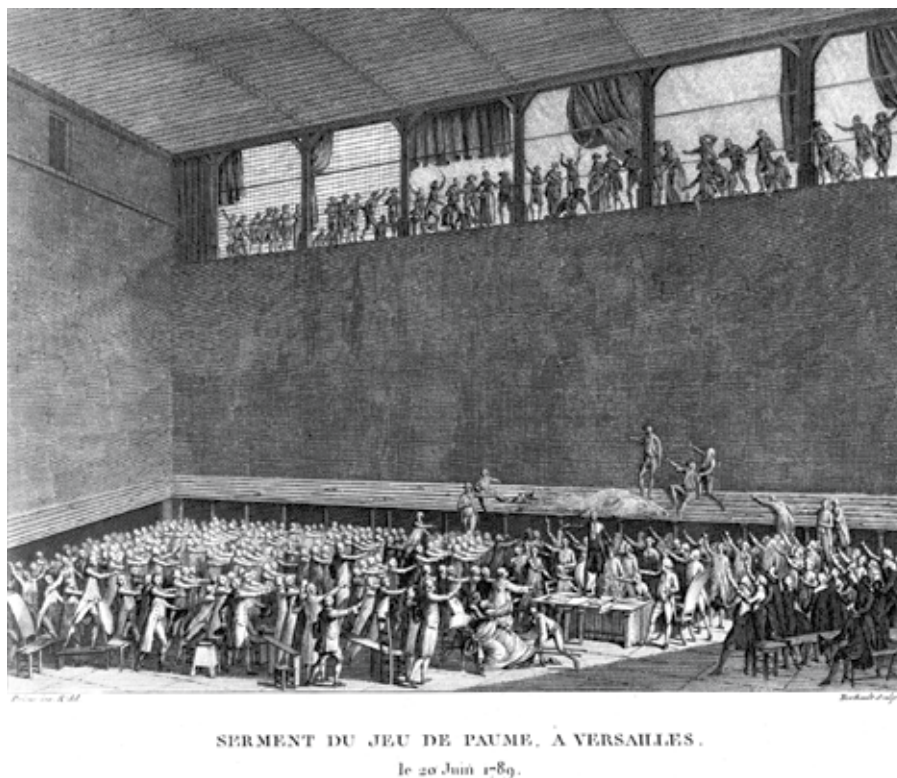


Figura 14 – O juramento do jogo da Péla, em Versailles (1789), durante a Revolução Francesa

Segundo Martins (1990):

O conflito entre as novas forças sociais ascendentes chocava-se com uma típica monarquia absolutista, que assegurava consideráveis privilégios a aproximadamente 500 mil pessoas, isso num país que possuía ao final do século XVIII uma população de 3 milhões de indivíduos. (MARTINS, 1990, p. 23).

Sobre os privilégios concedidos pelo rei à nobreza e ao clero, que não pagavam impostos e cobravam tributos e dízimos do povo, Huberman (2010) cita em sua obra a resolução do parlamento francês para a manutenção desses privilégios:

A monarquia francesa, pela sua constituição, é formada por vários Estados distintos. O serviço pessoal do clero é atender às funções relacionadas com a instrução e o culto. Os nobres consagram seu sangue à defesa do Estado e ajudam o soberano com seus conselhos. A classe mais baixa da nação, que não pode prestar ao rei serviços tão destacados, contribui com seus tributos, sua indústria e seu serviço corporal (HUBERMAN, 2010, p. 116).

A partir das considerações anteriores, é possível compreender as razões que levaram as massas populares a ir às ruas lutar contra a monarquia, numa revolução marcada por posturas radicais. O povo não aguentava mais pagar as altas taxas de impostos para manutenção de um grupo social que nada produzia.

Como nos relata Martins (1990), além de não pagar impostos, a nobreza possuía o privilégio de cobrar tributos feudais e investir contra o desenvolvimento das forças capitalistas, coibindo assim a abertura de empresas e o desenvolvimento da agricultura.

A monarquia francesa procurava garantir os privilégios da nobreza em um contexto no qual crescia a miséria do povo. A burguesia também se opunha ao regime monárquico, pois este não permitia a livre constituição de empresas e a impossibilitava de realizar seus interesses econômicos.

Quanto aos interesses burgueses na derrubada no regime absolutista, Huberman (2010) pontua que:

A burguesia desejava que seu poder político correspondesse ao poder econômico que já tinha. Era dona de propriedades – queria agora os privilégios. Queria ter certeza de que sua propriedade estaria livre das restrições aborrecidas a que estivera sujeita na decadente sociedade feudal. Queria ter certeza de que os empréstimos feitos ao governo seriam pagos. Para isso, tinha de conquistar não somente uma voz, mas a voz do governo. Sua oportunidade chegou – e ela soube aproveitá-la (HUBERMAN, 2010, p. 119).

Em 1789, com a mobilização das massas em torno da defesa da igualdade e da liberdade, a burguesia tomou o poder e passou a atuar para a destruturação do sistema feudal que ainda era predominante na Europa.

Como informa Martins (1990), entre as medidas tomadas pelo governo após a Revolução Francesa, merece destaque a legislação que limitava os poderes patriarcais na família, reprimindo os abusos da autoridade do pai. Além disso, os bens da igreja foram confiscados e as funções de educação foram transferidas para o Estado.

A burguesia defendia a organização de um Estado independente do poder religioso e promoveu profundas inovações na área econômica ao criar medidas para favorecer o desenvolvimento de empresas capitalistas.

Contudo, as massas que participaram da Revolução logo foram surpreendidas por outras medidas burguesas, como a proibição das manifestações populares e a repressão violenta dos movimentos contestatórios.

O significado histórico da Revolução Francesa é descrito por Huberman como:

O privilégio de nascimento foi realmente derrubado, mas o privilégio do dinheiro tomou seu lugar. "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" foi uma frase popular gritada por todos os revolucionários, mas coube principalmente à burguesia desfrutá-la (HUBERMAN, 2010, p. 120).



Observação

A Revolução Francesa pôs fim ao sistema feudal não só na França, mas em todos os territórios conquistados por Napoleão Bonaparte.



Saiba mais

Para complementar sua leitura, consulte os textos a seguir:

A DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão. *AmbaFrance*. s. d. Disponível em <<http://www.ambafrance-br.org/spip.php?article425>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

HOBBSAWM, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

VOVELLE, M. A Revolução Francesa e seu eco. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 6, maio/ago., 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 mar. 2011.

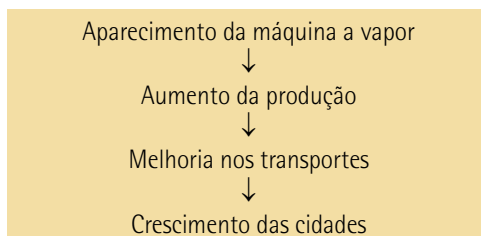
2.1.2 Revolução Industrial

A Revolução Industrial eclodiu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Ela foi fruto de um conjunto de inovações que possibilitou um aumento sem precedentes na produção de mercadorias.

Chamamos de Primeira Revolução Industrial o período de 1760 a 1820, quando o sistema industrial efetivamente suplantou o sistema feudal. Em sua primeira fase, a introdução de teares mecânicos possibilitou ao setor têxtil ampliar extraordinariamente sua produtividade.

A Revolução Industrial significou mais do que a introdução da máquina a vapor e o aperfeiçoamento dos métodos produtivos, ela nasceu sob a égide da liberdade ao permitir aos empresários industriais que desenvolvessem e criassem novas formas de produzir e enriquecer (MARTINS, 1990).

Quadro 01 – Origem e consequências da Revolução Industrial



Os antecedentes históricos da Revolução Industrial remontam ao acúmulo de capital oriundo da intensificação do comércio internacional mercantilista. A utilização de mão de obra escrava na América possibilitou um grande aumento de riquezas que precisavam ser investidas na produção.

Para que houvesse desenvolvimento econômico, era necessário exportar mercadorias e importar apenas o necessário⁷. Para isso, era primordial o estímulo à indústria, pois os produtos industriais possuem mais valor que os artigos do setor primário (agricultura e extrativismo). Como afirma Huberman:

Era também importante ter indústria produzindo as coisas de que o povo precisava e isso equivalia a não ser necessário comprá-las no estrangeiro. Era um passo na direção da balança de comércio favorável, bem como no sentido de tornar o país autossuficiente, independente de outros países (HUBERMAN, 2010, p. 96).

A Revolução Industrial desencadeou uma maciça migração do campo para cidade. Esse processo de migração teve início no século XVI, com a expulsão de camponeses de suas plantações. Sem ter para onde ir, os camponeses seguiram para as estradas, onde se tornaram pedintes. No século XVIII, houve um novo fechamento de terras e, como afirma Huberman (2010, p. 130): "dessa forma, o exército de infelizes sem terra, que tinham de vender sua força de trabalho em troca de salário, aumentou tremendamente". Desse modo, o fechamento das terras com a expulsão dos camponeses sem título de propriedade foi uma das principais formas de obter mão de obra para a indústria.

Um dos efeitos dessa revolução na área rural foi a aceleração da produtividade agrícola a partir da introdução de técnicas que permitiam a intensificação da utilização do solo. Assim, a atividade agrícola se voltou para o mercado e teve sua produção orientada para o lucro.

Somado à expulsão dos camponeses de suas áreas de produção, o aumento da produtividade agrícola é um elemento fundamental para compreender como se formou a classe operária. A falta de trabalho no campo forçou os camponeses a buscar trabalho nas áreas urbanas.

O grande fluxo migratório tornou as áreas urbanas palco de grandes transformações sociais. Formaram-se multidões que revelavam nas ruas uma nova face do desenvolvimento do capitalismo: a miserabilidade.

⁷ Sistema vigente até hoje no mercado mundial.

O sistema de trabalho na indústria se diferenciava de outras formas de organização existentes na época. Dias (2004) cita entre as principais modificações a crescente divisão do trabalho, a necessidade de coordenação e também as mudanças culturais ocorridas dentro da questão do labor.

O desenvolvimento de técnicas levou os empresários a incrementar o processo produtivo e aumentar as taxas de lucro. Isso permitiu que eles se interessassem cada vez mais pelo aperfeiçoamento das técnicas de produção, visando produzir mais com menos gente.

Para refletir: o trabalho sempre foi uma fonte de riquezas?

A divisão do trabalho foi implementada como técnica no interior da fábrica para o aumento da produtividade, como nos relata Huberman:

Quando se emprega um grande número de pessoas para fazer certo produto, podemos dividir o trabalho entre elas. Cada trabalhador tem uma tarefa particular a fazer. Executa-a repetidamente e, em consequência, se torna perito nela. Isso poupa tempo e acelera a produção (HUBERMAN, 2010, p. 86).

A divisão do trabalho imposta pela grande indústria conduziu os operários a um crescente processo de especialização que, por sua vez, reduziu drasticamente o conhecimento desses operários, agora realizadores de tarefas repetitivas e rotineiras que dispensavam formas de conhecimento mais sofisticado.⁸ Analisando as consequências dessa intensa divisão do trabalho, Dias esclarece que:

(...) há um empobrecimento intelectual do operário, por realizar tarefas cada vez mais repetitivas e altamente especializadas. O que, por outro lado, facilita a introdução no trabalho industrial de mulheres e crianças (DIAS, 2004, p. 18).

Assim, a atividade produtiva se voltou para as grandes unidades fabris e a relação de classes que passou a existir entre a burguesia e os trabalhadores foi orientada pelo contrato – isso permite inferir que existia a liberdade econômica e a democracia política, pois tínhamos o trabalhador livre para escolher um emprego qualquer e o empresário livre para empregar quem desejasse (MEKSENAS, 1991) –, o que significou uma profunda transformação na maneira de os homens se relacionarem.

Eis o que constata Huberman sobre as características do trabalho industrial:

⁸ Dias (2004) remete a discussão sobre a divisão do trabalho à obra *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith, que compara a produção de alfinetes entre operários em uma linha de produção com a capacidade de produzir de um operário isolado.

Produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente sua independência. Não possuíam a matéria-prima, como ocorria no sistema das corporações, nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, devido ao maior uso da máquina. O capital tornou-se mais necessário do que nunca. Do século XIX até hoje (HUBERMAN, 2010, p. 89).

A relação de interdependência entre empresários e operários é um elemento fundamental na nova ordem social capitalista. A configuração do mercado de trabalho conduz os operários a vender sua força de trabalho como uma mercadoria. As indústrias se converteram na única possibilidade de trabalho para este trabalhador que perdeu conhecimento do processo produtivo e só possui a força física, vendida como força de trabalho. Quanto aos empresários, há o reconhecimento da necessidade de mão de obra para a movimentação das indústrias.

Aspectos importantes da Revolução Industrial

- A produção passa a ser organizada em grandes unidades fabris, onde predomina uma intensa divisão do trabalho;
- Aumento sem precedentes na produção de mercadorias;
- Concentração da produção industrial em centros urbanos;
- Surgimento de um novo tipo de trabalhador: o operário.



Figura 15 – Indústria e tecnologia

Sobre a organização do sistema fabril e seus reflexos na sociedade inglesa, Hubermann descreve:

O sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso. Esse aumento da produção foi em parte provocado pelo capital, abrindo caminho na direção dos lucros. Foi, em parte, uma resposta ao aumento da procura. A abertura de mercados das terras recém-descobertas foi uma causa importante desse aumento. Houve outra.

As mercadorias produzidas nas fábricas encontravam também um mercado interno simultâneo ao mercado externo. Isso devido ao crescimento da população da própria Inglaterra (HUBERMANN, 2010, p. 138).

No interior das fábricas, as condições de trabalho eram ruins. As fábricas não possuíam ventilação ou iluminação e os trabalhadores eram submetidos a jornadas de trabalho de até 16 horas por dia. Como ilustra Huberman:

Os fiandeiros de uma fábrica próxima de Manchester trabalhavam 14 horas por dia numa temperatura de 26 a 29°C, sem terem permissão de mandar buscar água para beber (...) Quando os trabalhadores conquistaram o direito de trabalhar em dois turnos de 12 horas, consideraram isto uma "benção" (HUBERMAN, 2010, p. 143).

A cultura que os operários levavam para o ambiente industrial era a apreendida no meio rural. Isso conduzia os empresários a perceber que a gestão dos recursos humanos constituía um problema a ser solucionado. Dessa forma, um rígido sistema disciplinar acompanhado de constante supervisão dos empresários foi introduzido nas indústrias para garantir a produtividade com eficiência. Como informa Dias (2004, p. 19): "o fator *disciplina* assume um papel fundamental na nova forma de organizar a empresa, não só pelo aspecto cultural – com a necessidade de desenvolvimento de novos hábitos". Os operários tinham grande dificuldade de adaptação ao sistema disciplinar, que não era pautado na liberdade e igualdade dos indivíduos.

Era usual nas fábricas a presença de mulheres e crianças a partir de cinco anos atuando na linha de produção com salários inferiores aos dos homens. Quanto aos homens, naquela época estes já sofriam com os efeitos do desemprego.

A princípio, os donos de fábricas compravam o trabalho das crianças pobres nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas (HUBERMAN, 2010, p. 144).

A seguir, a maneira como Engels (2010) descreve o trabalho infantil sob a ótica de um empresário:

Visitei várias fábricas em Manchester e em seus arredores e jamais vi crianças maltratadas, submetidas a castigos corporais ou mesmo que estivessem de mau humor. Pareciam todas alegres e espertas, tendo prazer em empregar seus músculos sem fadiga e dando livre vazão à vivacidade própria da infância. O espetáculo do trabalho na fábrica, longe de despertar-me pensamentos tristes, foi, para mim, sempre reconfortante. Era delicioso observar a agilidade com que reuniam os fios rompidos em cada recuo do carroto da mula e vê-las, depois de segundos de atividades com seus dedinhos delicados, divertirem-se muito a descansar nas posições que lhes davam prazer, até que a atividade recomeçasse. O trabalho desses elfos velozes parecia um jogo, que executavam com a encantadora destreza que um longo treinamento lhes conferira. Conscientes de sua própria habilidade,

compraziam-se em mostrá-la a qualquer visitante. Nenhum sinal de cansaço: à saída da fábrica, imediatamente se punham a brincar num espaço livre vizinho com o mesmo ardor de crianças que saem da escola (ENGELS, 2010, p. 204).⁹

Alem disso, as condições de moradia eram altamente precárias nos bairros periféricos. As doenças eram epidêmicas. Nassau Sênior (*apud* HUBERMAN, 2010) ilustra a situação na cidade de Manchester em 1837:

Essas cidades, pois pela extensão e número de habitantes são cidades, foram construídas sem qualquer consideração pelo que não fosse a vantagem imediata do construtor especulador... Num lugar encontramos toda uma rua seguindo o curso de um canal porque dessa forma era possível conseguir porões mais profundos, sem o custo de escavações, porões destinados não ao armazenamento de mercadorias ou lixo, mas à residência de seres humanos. Nenhuma das casas dessa rua esteve isenta de cólera. Em geral, as ruas desses subúrbios não têm pavimentação, e pelo meio corre uma vala ou há um monturo; os fundos das casas quase se encontram, não há ventilação nem esgotos, e famílias inteiras moram num canto de porão ou numa água-furtada (SÊNIOR *apud* HUBERMAN, 2010, p. 145).

Para refletir: atualmente, as condições de vida dos trabalhadores melhoraram?



Figura 16 – Casas e fábricas

⁹ Em junho de 2007, durante a comemoração do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, foram divulgados impressionantes dados estatísticos sobre o trabalho infantil no Brasil, diante dos quais, sem dúvida, temos que parar para fazer uma reflexão.

De acordo com os pesquisadores da UNIP, professor Dr. José Eduardo Azevedo e professor Fernando Perillo, em texto ainda inédito, nos dados divulgados pelo IBGE a partir de 2005 houve infelizmente o crescimento do trabalho infantil em 10,3%, isto é, em 2005, apesar da proibição legal, houve a utilização de aproximadamente 5 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos de idade nas frentes de trabalho. Desse total, por volta de 80 mil (1,6%) possuíam idade entre cinco e nove anos, sendo que 76,7% destas 80 mil crianças estavam trabalhando em atividades agrícolas e mais de 64% não recebiam nenhuma remuneração, pois auxiliavam a família em diversas atividades no campo. Nas áreas rurais, evidentemente, há menor fiscalização em relação ao trabalho infantil, enquanto que, apesar da maior fiscalização, nos grandes centros urbanos há inúmeras crianças que perambulam pelas ruas como pedintes e/ou são exploradas como vendedoras ambulantes. A região do Brasil que mais emprega a mão de obra infantil é o Nordeste, com quase 40% do total de crianças trabalhando no campo.

Em termos de dados mundiais, os números são reveladores, pois, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), 230 milhões de crianças ainda trabalham, sendo que 130 milhões delas trabalham em atividades rurais.

A descrição anterior nos conduz a pensar sobre as precárias condições de vida que a nascente classe operária encontrou nas grandes cidades industriais. Os problemas sociais decorrentes do processo de urbanização e industrialização conduziram ao aumento de doenças epidêmicas nas áreas urbanas; ao aumento do número de suicídios e dos problemas com o alcoolismo; ao crescimento da violência urbana, com o surgimento dos delinquentes; e a um crescimento vertiginoso também da prostituição. Tudo isso contribuiu para tornar as cidades industriais centros de forte tensão social.

Como observa Martins:

Num período de 80 anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante sua fisionomia. País com pequenas cidades, com uma população rural dispersa, passou a comportar enormes cidades, nas quais se concentravam suas nascentes indústrias, que espalhavam produtos para o mundo inteiro (MARTINS, 1990, p. 12).

Dessa forma, percebemos como a sociedade industrial era portadora de um alto grau de complexidade para ser compreendida. Essa é a razão da formação da sociologia como ciência que estuda os problemas advindos da sociedade moderna, industrial, urbana e capitalista.

As condições de vida da classe trabalhadora fez com que esta lutasse por uma menor jornada de trabalho. Os trabalhadores dirigiram suas reivindicações ao Parlamento, porém, elas não foram aceitas. Eles se voltaram então contra as máquinas e organizaram movimentos coordenados para a destruição destas, acreditando que o motivo de seu infortúnio eram elas e não as relações de trabalho. Em seguida, passaram a se organizar em sindicatos e partidos na luta política pelo sufrágio universal, pois queriam intervir no Parlamento para criar leis que os beneficiassem. As principais reivindicações dos trabalhadores eram:

- Sufrágio universal para os homens;
- Pagamento aos membros eleitos da Câmara dos Comuns (o que tornaria possível aos pobres se candidatarem ao posto);
- Parlamentos anuais;
- Nenhuma restrição de propriedade para os candidatos;
- Sufrágio secreto, para evitar intimidações;
- Igualdade dos distritos eleitorais (HUBERMANN, 2010).

Assim, a classe trabalhadora se lançou na luta política e novas instituições sociais ganharam evidência como, por exemplo, as organizações sindicais, que surgiram pelas próprias condições sociais colocadas pela Revolução Industrial.

Os sindicatos ganharam força porque o sistema fabril concentrou trabalhadores nas grandes cidades, o que facilitava sua organização. Segundo Engels (2010):

As grandes cidades são o berço dos movimentos trabalhistas; nelas, os trabalhadores começam a refletir sobre sua condição e a lutar contra ela; nelas, a oposição entre proletariado e burguesia se manifestou inicialmente; delas saíram o sindicalismo, o cartismo e o socialismo (ENGELS, 2010, p. 84).

Como já explicitado anteriormente, os problemas sociais inerentes à Revolução Industrial foram inúmeros: aumento da prostituição, suicídio, infanticídio, alcoolismo, criminalidade, violência, doenças epidêmicas, favelas, poluição, migração desordenada etc. A Revolução Industrial constituiu uma autêntica revolução social que se manifestou por transformações profundas na estrutura institucional, cultural, política e social.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, consulte a obra indicada a seguir:

CASTRO, A. M.; DIAS, E. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

As transformações sociais do século XVIII conduziram o sistema capitalista a se consolidar como forma de organização social, pois colocou fim às relações feudais e em apenas cem anos se espalhou por outros países.



Lembrete

O capitalismo é um sistema econômico voltado para a produção e para a troca, para a expansão comercial, para a circulação crescente de mercadorias e para o consumo de bens materiais (COSTA, 2005).

O desenvolvimento do comércio e das técnicas produtivas não significou melhoria na condição de vida da classe trabalhadora. Sua concentração em bairros periféricos possibilitou a organização social para a luta política, transformando as cidades em palco de conflito social com a concentração das duas classes sociais básicas do sistema: os empresários e os operários.

Por fim, é preciso esclarecer que os problemas anteriormente expostos são típicos da sociedade capitalista, que tornou a vida em sociedade altamente complexa. As ciências sociais surgem nesse contexto e buscam compreender a lógica desse modo de organização da vida social. Assim, a sociologia nasce e se desenvolve com o mundo moderno e com os impasses criados pela sociedade urbano-industrial.



Saiba mais

O seguinte texto discorre mais sobre a questão do trabalho infantil:

BARATA, G.; CASTELFRANCHI, Y. Pobreza causa trabalho infantil. *ComCiência*, Campinas, n. 54, maio 2004. Seção Reportagens. Disponível em <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/07.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

Os filmes a seguir abordam o contexto do trabalho ou se desenrolam sobre o pano histórico das grandes revoluções:

CASANOVA e a revolução. Dir. Ettore Scola. Itália. 1982. 121 min.

DAENS: um grito de justiça. Dir. Stijn Coninx. Holanda/França/Bélgica. 1992. 138 min.

DANTON: o processo da revolução. Dir. Andrzej Wajda. França. 1982. 131 min.

GERMINAL. Dir. Claude Berri. França. 1983. 158 min.

MARIA Antonieta. Dir. Sofia Coppola. Estados Unidos/França. 2006. 123 min.

OLIVER Twist. Dir. Roman Polanski. Estados Unidos/França/Itália. 2005. 130 min.

TEMPOS Modernos. Dir. Charles Chaplin. Estados Unidos. 1936. 87 min.

3 AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CLÁSSICO

Aqui, o ponto central é a compreensão das principais reflexões desenvolvidas pela sociologia no que diz respeito à sociedade industrial. Essas reflexões são denominadas de *pensamento sociológico clássico*. É usual que haja o questionamento sobre o motivo de se estudar pensadores que viveram no século XIX.

Para refletir: como é possível pensar o mundo de hoje tendo como referência autores que viveram no passado?

A importância da compreensão das principais matrizes do pensamento social se deve à sua capacidade de explicar o mundo contemporâneo, ou seja, a atualidade dessas obras reside no fato de

que elas não foram corroídas pelo tempo e são plenamente capazes de lançar luz à compreensão dos problemas sociais presentes no mundo atual. Assim, é importante conhecer o conjunto dos princípios fundamentais que formam a teoria social desses autores e seus principais conceitos e relacioná-las com os problemas da sociedade contemporânea.

3.1 Émile Durkheim e o pensamento positivista

Émile Durkheim (1858-1917) deu continuidade ao trabalho iniciado por Augusto Comte. O positivismo é uma corrente de pensamento que surgiu no século XIX na Europa e foi fortemente influenciada pela crescente valorização da ciência como fonte de obtenção da verdade. O positivismo se inspirou no método de investigação das ciências da natureza, tendo a biologia como principal referência. Para essa corrente de pensamento, a sociedade era passível de compreensão e o homem possuía uma natureza social.



Figura 18 – Émile Durkheim

As pesquisas sobre o funcionamento do corpo humano conduziram os positivistas a pensar a sociedade como um grande organismo social, constituído de partes integradas e coesas que deveriam funcionar harmonicamente. Assim, seria preciso conhecer sua anatomia e descobrir as causas de suas doenças.

Outra forte influência do pensamento positivista foi o darwinismo social, uma crença de que as sociedades mudariam e evoluiriam num mesmo sentido.

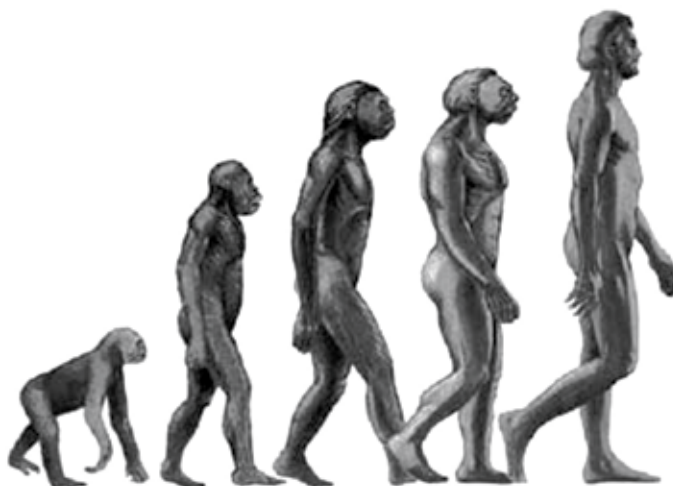


Figura 19 – A evolução humana



Saiba mais

WAIZBORT, R. Notas para uma aproximação entre o neodarwinismo e as ciências sociais. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 293-318, maio/ago., 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/04.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

Émile Durkheim nasceu em 1858 em Epinal, na França. Em 1879, ingressou na Escola Normal Superior. Em 1887, foi nomeado professor de pedagogia e ciências sociais na Faculdade de Letras da Universidade de Bordeaux. Em 1902, transferiu-se para a Sorbonne, onde se tornou professor titular de sociologia em 1913. Ele foi o pensador francês que deu à sociologia o *status* de disciplina acadêmica. Durkheim viveu em uma época de grandes crises econômicas e sociais que causavam desemprego e miséria entre os trabalhadores.

A seguir, algumas de suas obras:

- *Da divisão do trabalho social* (1893);
- *Regras do método sociológico* (1895);
- *O suicídio* (1897);
- *Sociedade e trabalho* (1907);
- *As formas elementares de vida religiosa* (1912).

Durkheim viveu em uma época onde uma série de inovações sociais propiciadas pelo avanço científico e tecnológico ocorreu e, dentre elas, destacam-se a invenção e o início da utilização em grande escala da energia elétrica e a invenção de automóveis.

Apesar do otimismo com as inovações, as frequentes ondas de suicídio eram analisadas por Durkheim como indício de que a sociedade encontrava-se incapaz de exercer controle sobre o comportamento de seus membros. Para Durkheim, o suicídio não era um fenômeno individual, mas estaria ligado ao que ocorria no âmbito social.

O estudioso identificou em sua obra três categorias de suicídio:

- *Altruísta*: ocorre quando o indivíduo valoriza mais a sociedade do que a ele mesmo. Exemplo: terroristas suicidas em vários locais do mundo.
- *Egoísta*: a falta de redes de convívio e o isolamento social conduzem a pessoa a uma frustração que pode culminar no suicídio.
- *Anômico*: as instituições sociais como a família, a igreja e a escola deixam de funcionar e os laços de solidariedade entre os indivíduos perdem a eficácia, o que os deixa viver de forma desregada. Podemos exemplificar com a crise nas instituições familiares, que conduz seus membros ao abandono.

Perceberam como as causas do suicídio podem ser identificadas na sociedade?



Por conceber a sociedade como um grande corpo humano onde cada parte possui uma função específica, Durkheim concebia que as instituições como a família, a igreja e o Estado tinham de desempenhar seus papéis.

Quando uma instituição falha, ela contamina todo o corpo social, provocando algo que o teórico chamou de *anomia social*, ou seja, uma sociedade doente.

Durkheim acreditava que os problemas de sua época não eram de natureza econômica, mas de natureza moral, pois as regras de conduta não estavam funcionando. Ele via a necessidade de criação de novos hábitos e comportamentos no homem moderno, com vistas ao bom funcionamento da sociedade.

Para refletir: Durkheim acreditava que os problemas de sua época eram de natureza moral. Atualmente, nossos problemas são de natureza moral ou econômica?

3.1.1 A relação indivíduo *versus* sociedade

Como quaisquer outros animais, os indivíduos humanos nascem dotados de impulsos, instintos e desejos herdados da natureza.

A sociedade está *fora* dos indivíduos, sob a forma de outros indivíduos e instituições, e também está *dentro* dos indivíduos, sob a forma de valores, normas, costumes, tradições etc.

Para conviverem pacificamente, os indivíduos devem aprender a limitar seus impulsos, desejos e instintos, que geralmente são violentos ou sexuais. Para isso, a sociedade estabelece valores e normas para guiar o comportamento dos indivíduos e conduzi-los à convivência harmoniosa. Algumas normas são explícitas e instituídas em *leis*; outras normas permanecem tácitas.

São as instituições (escola, família, igreja etc.) que fazem o trabalho de transferência dos valores e normas sociais para os indivíduos, habituando-os à vida social. A esse processo educativo denominamos *socialização*.

Ao nascer, o indivíduo encontra a sociedade pronta e acabada. As maneiras de se comportar, de sentir as coisas e de aproveitar a vida já foram estabelecidas pelos outros indivíduos e possuem a qualidade de serem coercitivas (MARTINS, 1990). A impositividade do social sobre o individual é o que determina nosso comportamento, por isso a conduta social deve ser pautada em regras socialmente aprovadas. Observe como Durkheim (1985) exemplifica essa questão:

Se não me submeto às convenções mundanas, se, ao me vestir, não levo em consideração os usos seguidos em meu país e na minha classe, o riso que provoco, o afastamento em que os outros me conservam, produzem os mesmos efeitos de uma pena propriamente dita. (...) Não sou obrigado a falar o mesmo idioma que meus compatriotas, nem empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outra maneira. (...) Se sou industrial, nada me proíbe de trabalhar utilizando processos e técnicas do século passado; mas, se o fizer, terei a ruína como resultado inevitável (DURKHEIM, 1985, p. 02).

Portanto, não existe espaço para manifestação da individualidade, pois é o social que determina nosso comportamento individual, atuando como uma verdadeira "camisa de força" sobre as nossas individualidades.

3.1.2 Os fatos sociais e a consciência coletiva

Para Durkheim, a sociologia deveria se ocupar com os fatos sociais que são de natureza coletiva e se apresentam ao indivíduo como exteriores e coercitivos. O autor ainda assinala o caráter impositivo dos fatos sociais, sendo esse um conceito fundamental para analisar a sociedade.

Os fatos sociais são todos aqueles que apresentam três características:

- *Exterioridade*: não foi criado por nós, é exterior à nossa vontade.
- *Coercitividade*: enquadra nosso comportamento, atua pela intimidação e induz o homem à aceitação das regras a despeito de seus anseios e opções pessoais.
- *Generalidade*: qualidade do que é geral, ou seja, atinge um grande número de pessoas na sociedade.

Os fatos sociais podem ser normais ou patológicos. Um fato social normal é aquele que desempenha alguma função importante para sua adaptação ou evolução, como, por exemplo, o crime¹⁰. Um fato patológico é aquele que se encontra fora dos limites permitidos pela ordem social. Os fatos sociais são considerados patológicos quando as leis não funcionam.

Para refletir: o desemprego é um fato social? Por quê?



Lembrete

Consciência coletiva é um conjunto de ideias comuns que formam a base para uma consciência da sociedade.

Cada um de nós possui uma consciência individual, que faz parte de nossa personalidade. Existe também uma consciência coletiva formada pelas ideias comuns que estão presentes em todas as consciências individuais de uma sociedade.

A consciência coletiva está difusa na coletividade e, por isso, é exterior ao indivíduo, ou seja, a consciência coletiva não é o que o indivíduo pensa, mas o que a sociedade pensa. Ela é um tipo de consciência que atua sobre o indivíduo de maneira repressora, exercendo uma autoridade sobre seu modo de agir no meio social.



Observação

Podemos concluir que a consciência coletiva não é o que o indivíduo pensa, mas o que a sociedade pensa. A consciência coletiva representa a moral vigente na sociedade.

A consciência coletiva define os fatos que são considerados imorais, reprováveis ou criminosos (COSTA, 2005). É possível sentirmos sua força nos intensos debates públicos que temos em nossa sociedade nos últimos tempos sobre a legalização do aborto, a descriminalização do uso de drogas, as leis antitabagismo etc.

3.1.3 O crime

Durkheim afirmou que nenhuma sociedade está livre do crime. Como ela é feita de um conjunto de instituições que pressupõem a existência de regras para a convivência coletiva, o crime é normal, é um padrão social.

¹⁰ O crime é visto como um fato social normal, pois em todas as sociedades em todas as épocas sempre existiram criminosos. O crime exerce uma função social importante: reforça os valores morais de renovar os laços de solidariedade de uma sociedade. Porém, quando os crimes fogem do controle da sociedade, eles se tornam uma patologia.

A normalidade do crime não significa que ele seja bom, mas que desempenha um papel social importante. Esse papel surge quando a criminalidade assume uma forma degenerativa, o que indica que há uma ausência de normas que ameaça a coesão social e que as instituições sociais não conseguem socializar os indivíduos. Exemplo: o crime organizado no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Observação

As causas do crime devem ser procuradas na sociedade, não no delinquente.

Quando as instituições de uma sociedade são fracas ou ausentes, a socialização fracassa e os indivíduos entram num estado de ausência de normas, a *anomia*. Numa sociedade com alto grau de anomia, os crimes e os desvios tornam-se mais comuns.

Desvios e crimes são comportamentos que determinadas sociedades consideram antissociais, esforçando-se por inibi-los, combatê-los ou sublimá-los:

- *Desvio*: comportamento que viola uma norma social (informal ou tácita). Exemplo: nas sociedades modernas, o homossexual é considerado desviado, mas não criminoso.
- *Crime*: é aquele desvio que uma sociedade considerou tão perigoso e ofensivo que resolveu inibir ou punir com a lei. Exemplo: nas sociedades modernas, o assassino é considerado um desviado e um criminoso.



Figura 20 – Forças armadas ocupam o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro

Todo criminoso é um desviado, mas nem todo desviado é um criminoso. Crime é todo comportamento que traz consequências negativas para a vida social. Portanto, as fronteiras entre *o que é crime* e *o que é desvio* variam conforme a sociedade. Para Durkheim, nenhuma sociedade estaria livre do crime:

- Como toda sociedade institui normas, o crime existirá sempre que alguém quebrar essas normas;
- O crime representa a desagregação dos laços que unem os indivíduos.

Para refletir: o que diferencia um herói de guerra de um assassino comum? A culpa pela existência do criminoso é dele próprio, da natureza ou da sociedade? Por que aquilo que uma sociedade condena como crime pode não ser condenado ou até mesmo ser estimulado por outra sociedade?

3.1.4 Solidariedade mecânica e orgânica

Émile Durkheim utiliza o termo *solidariedade* para designar o vínculo que mantém a coesão e a unidade de um grupo social. A coesão social se deve ao fato de os grupos partilharem a mesma consciência coletiva. Assim, a solidariedade é resultante das semelhanças entre os modos de pensar e sentir existentes entre os membros de um grupo.

É possível exemplificar esse conceito com a ideia de *nação*. Pertencer a uma mesma nação faz com que as pessoas partilhem certas crenças e valores comuns, como o respeito ao hino nacional, a defesa do território etc. Desse modo, a solidariedade social surge desse sentimento comum.

Durkheim identificou dois tipos de solidariedade social:

- *Solidariedade mecânica*: significa a união de pessoas a partir da semelhança na religião, na tradição ou nos sentimentos.



Figura 22 – Parque Tompkins Square, em Nova York

- *Solidariedade orgânica*: é a união de pessoas a partir da dependência que uma tem da outra para realizar alguma atividade social.



Figura 23 – Homens trabalhando na ferrovia que liga Atchison e Santa Fé, nos Estados Unidos

Na solidariedade orgânica, o que une o grupo é a dependência que cada um tem da atividade do outro. Essa união é dada pela especialização de funções. Desse modo, Durkheim considerava a crescente divisão do trabalho como uma possibilidade de aumento da solidariedade entre os homens.

O teórico conclui que a sociedade exerce forte pressão sobre as nossas individualidades e considera que o único espaço para o exercício da individualidade seria na especialização do trabalho. Ele considera que instituições que no passado exerciam papel de integração social, como a igreja e a família, por exemplo, perderam sua eficácia. A partir de então, a sociedade moderna levaria os indivíduos a se agrupar segundo suas atividades profissionais. Portanto, a profissão assumiria importância cada vez maior na vida social e tornar-se-ia herdeira da família, substituindo-a.



Figura 24 – Homens trabalhando na construção de barcos nos Estados Unidos

Para Durkheim, a sociologia como ciência deve ser portadora de uma neutralidade diante dos fatos sociais, ou seja, a sociologia não deve se envolver com a política. Toda reforma social deve estar baseada primeiramente no conhecimento prévio e científico da sociedade e não na ação política.

A função da sociologia seria detectar e buscar soluções para os problemas sociais, restaurando a normalidade da sociedade e se convertendo em técnica de controle social.

Assim, Émile Durkheim concebe o ser humano como um ser passivo. Não se vislumbra em sua reflexão a possibilidade do exercício da liberdade. Para o positivismo, o homem não é visto como sujeito capaz de atuar para a transformação social.



Saiba mais

UENO, K. O suicídio é o maior produto de exportação do Japão? Notas sobre a cultura de suicídio no Japão. *Revista Espaço Acadêmico*, trad. Eva Paulino Bueno, Maringá, ano 4, n. 44, jan. 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44eueno.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2011>.

3.2 Karl Marx e o materialismo histórico e dialético

Com o estudo do pensamento de Karl Marx, nossos objetivos são:

- Compreender o processo de estabelecimento de diferentes formas de desigualdades para entender suas causas, persistências, possibilidades e dificuldades de amenizações;
- Esclarecer as bases sociais sobre as quais se assentaram as desigualdades;
- Refletir sobre o processo de criação, reprodução e aprofundamento das desigualdades sociais.

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Treves, na Alemanha. Ao terminar o ensino secundário, matriculou-se na Universidade de Bonn para estudar direito, mas não concluiu seus estudos. Em 1836, matriculou-se na Universidade de Berlim, onde se dedicou ao estudo de história e filosofia. Nessa época, entrou em contato com o pensamento filosófico de Hegel (1770-1831), que exerceu grande influência na formulação de suas teorias.

Marx terminou seu doutorado em filosofia pela Universidade de Jena em 1841 e foi colaborador do jornal *Gazeta Renana*, onde escreveu matérias que expressavam problemas políticos e sociais. Com o fechamento do jornal, migrou para a França para publicar a revista *Anais Franco-Alemães*.

Em 1845, Marx foi expulso da França e se refugiou em Bruxelas, onde participou da Liga dos Comunistas. Em 1848, publicou o *Manifesto do Partido Comunista* junto com Friedrich Engels.

Marx teve uma vida ligada à militância política ao lado dos trabalhadores e esteve durante vários anos no exílio, principalmente entre França, Bélgica e Inglaterra. Suas principais obras são:

- *A ideologia alemã* (1845);
- *Manifesto do Partido Comunista* (1848);
- *O capital*: crítica da economia política (1867).

Marx foi um pensador que recebeu influências de várias ciências e teve peso na atuação política de muitas gerações que o sucederam. Iniciaremos nossa exposição discutindo o método de análise desse filósofo.



Figura 25 – Karl Marx, 1882

Karl Marx foi fortemente influenciado por Hegel (1770-1831), que sistematizou os princípios da dialética. A dialética considera que as coisas possuem movimento e estão relacionadas umas com as outras. Desse modo, a realidade seria vista como um constante devir e seria marcada pela luta de opostos, como, por exemplo, vida *versus* morte, saúde *versus* doença etc. Nesse modelo de análise, é a contradição que atua como verdadeiro motor do pensamento.



Observação

Para Marx, os fatos econômicos constituem a base sobre a qual se apoiam outros níveis de realidade, como a religião, a arte e a política, por exemplo. Assim, ele parte da análise da estrutura econômica da sociedade para colocar em evidência os antagonismos e contradições do capitalismo.

3.2.1 Divisão do trabalho social

Ao partir do pressuposto de que é a base econômica que determina as outras formas de organização da sociedade, Marx concebe o trabalho como atividade fundamental do ser humano e, para compreender as transformações do trabalho ao longo da história, analisa suas relações.

Nas sociedades tradicionais (antigas e simples), era possível que sozinhos os homens produzissem quase todas as coisas de que necessitavam para viver.

Quando a sociedade se tornou mais complexa, foi necessário que os indivíduos estabelecessem relações de trabalho e dividissem as atividades para satisfazer suas necessidades mútuas.

A partir disso, ocorreu a divisão do trabalho rural e do trabalho urbano. Dentro do trabalho urbano, a indústria se separou do comércio e ambos se especializaram e, assim, dentro de cada atividade produtiva houve a separação entre quem administra e quem executa o trabalho.

Enquanto prevalecia a produção de bens pelo artesanato, o trabalhador possuía suas próprias ferramentas, definia o lugar, o período de trabalho, o que, como e quando produzir, além de trabalhar para si mesmo.

Na manufatura, o trabalhador:

- Usa as ferramentas do patrão, que são como as suas;
- É organizado em linhas ou equipes de produção;
- Não define o lugar do trabalho e obedece o horário de expediente;
- Não define o que, como ou quando produzir;
- O trabalhador usa a máquina.

Na indústria moderna, o trabalhador:

- Não possui máquinas ou ferramentas, apenas seus próprios músculos e nervos;
- Não define o lugar nem a jornada de trabalho;
- Não define o que, como ou com que velocidade produzir;
- A máquina "usa" o trabalhador.

A forma como essa produção é organizada e a maneira como a riqueza produzida é depois distribuída acaba dividindo a sociedade em camadas superiores e inferiores. Por isso, a divisão do trabalho cria relações mútuas, porém, desiguais entre as pessoas. É isso o que define a estrutura da sociedade.

3.2.2 Classes sociais

Partindo de questionamentos sobre o motivo de haver ricos e pobres se as oportunidades são dadas a todos e sobre como são produzidas e distribuídas as riquezas em nossa sociedade, Karl Marx elabora o conceito de classe social.



Figura 26 – Homens trabalhando na construção civil na Alemanha



Lembrete

Para Marx, a *classe* é dada pela posição do indivíduo na esfera da produção, o que divide a sociedade capitalista em grupos antagônicos.

O lugar que as pessoas ocupam na divisão do trabalho vai defini-las como pertencentes a uma determinada classe social, sendo elas:

- A *burguesia*: classe detentora do poder econômico e dos meios de produção;
- O *proletariado*: não possui o poder econômico nem os modos de produção e, por isso, vende seu trabalho em troca de salário.

Segundo Marx, como a troca entre trabalho e salário é injusta, o capitalismo gera as lutas de classe.

As desigualdades são a base da formação das classes sociais. As duas classes sociais básicas, *burguesia* e *proletariado*, mantêm uma relação de exploração ao mesmo tempo em que são classes complementares, já que uma só existe se a outra existir.

A classe média, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes e os camponeses se "proletarizam" à medida que seu pequeno capital não lhes permite concorrer com a grande indústria. Desse modo, há uma simplificação dos antagonismos e passa a existir, portanto, apenas as duas classes fundamentais:



Figura 27 – Estrutura social segundo a teoria marxista

As classes sociais são compostas por indivíduos que desempenham a mesma função na divisão do trabalho – seja como detentores dos meios de produção (burgueses), seja como possuidores da força de trabalho (proletários). Além disso, o prestígio, a educação, a autoridade, a influência e o acesso aos bens do mercado criam estilos de vida que hierarquizam os indivíduos em inúmeros grupos de *status*, com pequenas diferenças entre si.

3.2.3 Salário, valor, lucro e mais-valia

O salário é o valor da força de trabalho, considerada no capitalismo como uma mercadoria qualquer. O salário deve corresponder à quantia que permite ao trabalhador alimentar-se, vestir e cuidar dos filhos, garantindo, portanto, a reprodução das condições de vida do trabalhador e de sua família.

O trabalho é fonte de criação de valor, então, como explicar que aqueles que mais trabalham são os que têm menos dinheiro? Para Marx, todo assalariado ganha menos do que a riqueza que produz. A diferença entre o valor da riqueza produzida e o salário é o que denominamos *lucro*. Se o capitalista pagasse ao assalariado o valor da riqueza que este produz, não haveria exploração.



Figura 28 – Adolescente trabalhando na indústria de tecelagem americana em 1916

Ao estabelecer a relação entre salário e produtividade, Marx conclui que, ao pagar os salários aos trabalhadores, o empresário nunca paga a estes o que realmente produziram. Assim, por *mais-valia* entende-se a diferença entre o preço de custo da força de trabalho (salário) e o valor da mercadoria produzida. Em outras palavras, é o valor excedente produzido pelo trabalhador que fica com o capitalista.

3.2.4 Ideologia burguesa e alienação

Karl Marx concebe a ideologia burguesa como um sistema de inversão da realidade, no qual as ideias da classe dominante aparecem como as ideias principais de uma época.

A ideologia burguesa procura ocultar a verdadeira natureza das relações de produção pautadas na exploração e atua como uma "falsa consciência", com o objetivo fazer com que as pessoas não percebam que a sociedade é dividida em classes sociais. Desse modo, essa ideologia contribui para a manutenção das estruturas de dominação.

Alienação é a perda da consciência da realidade concreta. No capitalismo, a propriedade privada e o assalariamento separam o trabalhador dos meios de produção e do fruto do trabalho, dessa maneira, ao vender sua força de trabalho, o trabalhador se aliena, pois não se vê como produtor das riquezas.



Figura 29 – Desigualdade social – estádio Orlando em Soweto, antigo gueto negro na época do apartheid na África do Sul

A alienação política significa que o princípio da representatividade não garante ao trabalhador a participação política efetiva, pois ele não se vê como capaz de intervir nos destinos políticos da sociedade.

A partir desses conceitos, é possível compreender porque os setores oprimidos da sociedade não se rebelam contra o sistema, já que a estrutura de dominação social é inserida na cabeça dos oprimidos de tal forma que estes passam a ver a desigualdade e a opressão com naturalidade.

3.2.5 A amplitude da contribuição de Karl Marx

Marx considera que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho, uma exploração oculta, mascarada. A dominação burguesa não se restringe ao campo econômico, mas se estende ao campo político, que se apoia no Estado para reprimir a classe trabalhadora.

No plano cultural, a dominação burguesa se dá pelo controle dos meios de comunicação de massa, que difunde os valores e concepções da burguesia.

A teoria de Marx teve longo alcance e adquiriu dimensões de ideal revolucionário e de ação política efetiva. Suas ideias tiveram ampla repercussão em todo mundo, incentivando a formação de partidos marxistas, de sindicatos contestadores da ordem e de revoluções como a Revolução Russa (1917), a Revolução Chinesa (1949) e a Revolução Cubana (1959).

Para refletir: como a teoria de Karl Marx contribui para a compreensão da sociedade atual? A pobreza pode ser considerada como consequência da sociedade capitalista?



Figura 30 – Multidão diante do Palácio Quirinal, em Roma, entre 1910 e 1915



Saiba mais

Para conhecer um pouco mais sobre Karl Marx, leia o artigo indicado a seguir:

ALMÉRI, T. M. Respeito ao clássico. In: *Revista Sociologia*, São Paulo, n. 26, 2010. Seção Reportagens. Disponível em <<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/26/artigo157862-1.asp>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

3.3 Max Weber e a busca das conexões de sentido

Max Weber (1864-1920) nasceu em Erfurt, na Alemanha. Em 1882, iniciou seus estudos universitários na Universidade de Heidelberg, onde se concentrou nas áreas de direito, história, economia, filosofia e teologia.

Em 1889, conquistou o título de doutor em direito, com tese sobre a história das empresas comerciais medievais. Em 1891, Weber iniciou a carreira de professor universitário em Berlim e, em 1896, tornou-se professor catedrático da Universidade de Heidelberg. Em 1903, fundou a revista *Arquivos de ciência social e política social*, importante publicação da época. O estudioso morreu em Munique, em 1920, e coube a sua esposa, Marianne Weber, organizar seus escritos. Algumas das principais obras de Max Weber são:

- *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905);
- *Ciência e política: duas vocações* (1919);
- *Economia e sociedade* (1922).

Uma das principais preocupações de Weber era compreender a racionalidade, pois o capitalismo levou a uma crescente racionalização da sociedade e conduziu à mecanização das relações humanas. Sua preocupação central era entender a maneira como a razão podia apreender o conhecimento, pois os acontecimentos são compreendidos não pela sua concretude, mas pela maneira como são interiorizados pelos seres humanos. Desse modo, é preciso entender a ação dos indivíduos, suas intenções e motivações.

A forma de Weber olhar a sociedade ficou conhecida como *sociologia compreensiva*, pois o teórico procurou interpretá-la a partir da apreensão do sentido que os indivíduos dão a suas ações.



Observação

Esses preceitos não significam que as análises de Max Weber se voltam para o indivíduo, pois esse é o objeto de estudo da psicologia. A sociologia busca compreender as relações entre os indivíduos em sociedade e esse é somente o ponto de partida para se chegar ao todo.

3.3.1 Ação social e tipo ideal

Ação social é qualquer ação que um indivíduo faz orientando-se pela ação dos outros como, por exemplo, um eleitor que define seu voto orientando-se pela ação dos demais eleitores. Embora o ato de votar seja individual, a compreensão do ato só é possível se percebermos que a escolha feita por aquele eleitor tem como referência o conjunto dos demais eleitores (TOMAZZI, 1993).



Figura 31 – Homem com guarda-chuva

Os tipos de ação social identificados por Max Weber são:

Quadro 02 – Tipos de ação social de acordo com Max Weber

Tipos de ação social	Elemento polarizador
Ação social racional por valor	<i>Valor</i> (determinado pela crença em um valor considerado importante)
Ação social racional por fim	<i>Finalidade</i> (determinada pelo cálculo racional que coloca os fins e organiza os meios)
Ação social tradicional	<i>Tradição</i> (determinada por um costume ou hábito)
Ação social afetiva	<i>Sentimento</i> (determinado por afetos ou estados sentimentais)

A partir dessa classificação, é possível perceber que o homem dá um sentido para sua ação: cada sujeito age levado por um motivo que se orienta pela tradição, pelos interesses racionais ou pela emotividade.

Para refletir: o ato de comprar uma mercadoria pode ser considerado uma ação social?

O *tipo ideal* é um recurso metodológico que permite dar um enfoque ao pesquisador em meio à variedade de fenômenos observáveis na vida social. Esse recurso consiste basicamente em enfatizar determinados traços da realidade, mesmo que estes não se apresentem nas situações efetivamente passíveis de observação.

3.3.2 A tarefa do cientista

Há uma fronteira que separa o cientista – homem do saber – do político – homem da ação. Assim, qual é a relação entre ciência e política ou entre cientistas e políticos?

Ao conceber o cientista como o homem das análises frias e penetrantes e o político como o homem da ação e decisão comprometido com as questões práticas, identifica-se dois tipos de ética: a do cientista

é a *ética da convicção* e a do político é a *ética da responsabilidade*. Consequentemente, caberia ao cientista oferecer ao político o entendimento claro de sua conduta.



Figura 32 – Livros

Quanto aos políticos, estes podem ser subdivididos em dois grupos. De um lado, há aqueles que exercem a política por vocação e realizam seus atos em busca do bem comum. Estes vivem *para a política*. Do outro lado, há os políticos sem vocação, que encaram sua atividade como um emprego e não se comprometem com as necessidades reais do país. Estes vivem *da política*.



Figura 33 – Protesto popular em Brasília contra a política econômica do governo federal

3.3.3 A ética protestante e o espírito do capitalismo

Como estudioso do sentido das ações sociais, Max Weber identificou que o surgimento do capitalismo foi impulsionado através dos valores difundidos pela ética dos protestantes calvinistas. O teórico buscou examinar as implicações das orientações religiosas na conduta econômica dos indivíduos e, com suas pesquisas, constatou que, para algumas seitas protestantes puritanas, o êxito econômico era um indício da bênção de Deus. Para os calvinistas, a salvação estava vinculada à glorificação de Deus através do trabalho.

A partir de dados estatísticos que mostravam a proeminência de adeptos da Reforma entre os grandes homens de negócio, Weber procurou estabelecer as conexões entre a doutrina protestante e o desenvolvimento do capitalismo. O estudioso concluiu que valores como disciplina, poupança, austeridade e propensão ao trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, era possível estabelecer uma relação entre religião e sociedade na medida em que a primeira deu e dá aos indivíduos um conjunto de valores que são transformados em motivos de ação (COSTA, 2005).



Figura 34 – Catedral São Pedro, a principal igreja protestante de Genebra, Suíça

A motivação protestante para o trabalho era encará-lo como uma vocação, como um fim absoluto em si mesmo, e não como um meio de ganho material. Ao buscar sair-se bem na profissão, mostrando sua própria virtude e vocação e renunciando aos prazeres materiais, o protestante puritano se adequaria facilmente ao mercado de trabalho.



Figura 35 – Funcionários trabalham em linha de produção de calçados em Sapiranga-RS

Ao analisar os valores do catolicismo e do protestantismo, Weber concluiu que os valores protestantes revelaram a tendência ao racionalismo econômico que até os dias de hoje predomina no capitalismo.

3.3.4 Teoria da burocracia e os tipos de dominação

A burocracia tem uma presença marcante na sociedade moderna e é definida como uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado que deve agir sob critérios impessoais e métodos racionais. Burocracia designa poder, controle, alienação e é baseada na razão e no direito.

A burocracia surge de necessidades técnicas de coordenação, de supervisão e de planejamento de produção e, também, para proteger o indivíduo e dar tratamento igualitário às partes interessadas.

A seguir, algumas características da burocracia:

- Todas as burocracias têm uma divisão explícita de trabalho, sendo que cada posição tem um conjunto limitado de responsabilidades;
- As normas que governam o comportamento em qualquer posição são explícitas, claras e codificadas por escrito;
- Posições diferentes são ordenadas hierarquicamente, com cargos e postos mais altos supervisionando os mais baixos;
- Os indivíduos devem reprimir emoções e paixões quando desempenham seus papéis previamente designados;
- As pessoas ocupam posições por competência técnica e não por atributos pessoais;
- As posições e postos não pertencem à pessoa, mas às organizações.



Lembrete

A burocratização tende a se propagar para todos os setores da vida social, tais como a economia, a política e a cultura.

Para refletir: a burocracia é necessária?

A burocracia é necessária porque sem ela as organizações se perderiam na improvisação e no arbítrio. Para Weber, a função da burocracia é reduzir conflitos e as regras economizariam esforços, pois eliminariam a necessidade de encontrar uma nova solução para cada problema e facilitariam a padronização e igualdade no tratamento de muitos casos.



Figura 36 – Operárias trabalhando na linha de produção têxtil de uma empresa em Nashville, Tennessee (EUA)

Os tipos puros de dominação encontrados em uma sociedade são classificados em:

- *Dominação tradicional*: a legitimidade desse tipo de dominação vem da crença dos dominados de que há qualidade na maneira como nossos antepassados resolveram seus problemas. Essa dominação é caracterizada por uma relação de fidelidade política;
- *Dominação carismática*: sua legitimidade vem do carisma, da crença em qualidades excepcionais de alguém para dirigir um grupo social. Nesse tipo de dominação, há uma devoção afetiva ao dominador, que geralmente é portador de um poder intelectual ou de oratória;
- *Dominação racional legal*: sua legitimidade provém da crença na justiça da lei. Nesse caso, o povo obedece porque crê que as leis são decretadas segundo procedimentos corretos.



Saiba mais

Leia mais acerca das formulações de Max Weber sobre a burocracia:

QUEIROZ, R. F. A burocracia na sociologia compreensiva de Max Weber. *Revista de Iniciação Científica da FFC, Unesp, Marília* v.4, n.1, 2004. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/70/72>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

Para refletir: como a dominação é exercida em seu trabalho?

Max Weber não considerava o capitalismo injusto, irracional ou anárquico. As instituições constituíam demonstração de uma organização racional que desenvolvia suas atividades dentro de um padrão de eficiência e precisão (MARTINS, 1990).

Sua crítica à burocracia reside no fato de que esta levou a um desencantamento do mundo, tirando seu caráter mágico e mecanizando as relações humanas. A racionalidade do capitalismo nos conduziu a um

mundo cada vez mais intelectualizado e artificial que abandonaria para sempre os aspectos ilusionistas e intuitivos do pensamento. A visão de Weber sobre os tempos modernos era melancólica e pessimista.



Saiba mais

CARNIELLI, F. A era dos homens insaciáveis. *Boletim*. UFMG, Belo Horizonte, n. 1423, ano 29, jan. 2003. Disponível em <<http://www.ufmg.br/boletim/bol1423/quarta.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Assista aos filmes sugeridos a seguir como forma de complementar seus estudos sobre sociologia:

POLICARPO Quaresma, herói do Brasil. Dir. Paulo Tiago. Brasil. 1988. 120 min.

O CHEIRO do ralo. Dir. Heitor Dahlia. Brasil. 2007. 112 min.

A ILHA das flores. Dir. Jorge Furtado. Brasil. 1989. 13 min.

LADRÕES de bicicleta. Dir. Vitório de Sica. Itália. 1948. 90 min.

A CLASSE operária vai ao Paraíso. Dir. Elio Petri. Itália. 1971. 126 min.

BRAZIL, o filme. Dir. Terry Gilliam. Inglaterra. 1985. 124 min.

O PROCESSO. Dir. Orson Welles. Estados Unidos. 1962. 120 min.

4 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO BRASIL

Até agora, discutimos as bases do capitalismo mundial. Neste capítulo, procuraremos analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e identificar as causas de sua dependência externa.

Partimos das seguintes indagações: como o sistema capitalista se desenvolveu no Brasil? Quais são as particularidades do desenvolvimento socioeconômico do país?

A sociedade brasileira se constituiu com o processo de expansão do capitalismo europeu a partir do século XV. No início, todas as relações comerciais eram voltadas para a metrópole e aqui se mantinham relações sociais baseadas na escravidão.

Somente no século XIX, com a abolição da escravidão e a chegada de um grande contingente de imigrantes, é que o trabalho livre foi introduzido no Brasil. Em meio ao ciclo do café, outras atividades econômicas também se desenvolveram, tais como o transporte ferroviário, o sistema bancário, pequenas indústrias de alimentos e indústrias têxteis, que dinamizaram a vida nas áreas urbanas.

4.1 Industrialização e formação da sociedade de classes

Vários estudos indicam que o processo de industrialização do Brasil esteve ligado ao desenvolvimento da economia cafeeira no Estado de São Paulo.

Uma das razões da industrialização foi a introdução do trabalho livre a partir do grande surto migratório que o país viveu no século XIX, que gerou um mercado consumidor de produtos industriais.

Segundo Vita (1989), a forma como se organizou os negócios do café permitiu a formação de uma "consciência burguesa" entre os fazendeiros, pois o capital acumulado com a venda do café era utilizado na diversificação das atividades econômicas. Desse modo, esse capital era investido em outra atividade que possibilitasse a obtenção de lucro.

Já no início dos anos 1920, grandes empresas norte-americanas instalaram filiais no Brasil: Ford, Firestone, Armour, IBM etc. (NOVAES, 1984). Com a crise mundial do início dos anos 1930, a economia brasileira deixou de se voltar à exportação e se apoiou na interiorização e na industrialização. Porém, foi somente com a chegada de um grande número de empresas estrangeiras que buscavam produzir para o mercado externo, na década de 1950, que o desenvolvimento industrial ganhou forte impulso.

4.2 O capitalismo dependente

O grau de dependência que a economia brasileira tem em relação às potências estrangeiras pode ser entendido a partir da compreensão do modelo de desenvolvimento industrial que o país teve, no qual se privilegiou a indústria de bens de consumo em detrimento da indústria de bens de capital.

Outro aspecto que merece ser mencionado a respeito dessa dependência estrangeira diz respeito à ausência de produção de tecnologia no país, que adotou um modelo de desenvolvimento industrial marcado tanto pela dependência tecnológica como pela dependência do capital estrangeiro. Além disso, não é possível pensar no processo de industrialização brasileiro sem levar em conta o processo de expansão das empresas europeias e norte-americanas no pós-guerra.

Observe a seguir alguns dados apresentados pelo IBGE sobre a produção industrial do país:

Tabela 01 – Dados do IBGE sobre a produção industrial brasileira

Indicadores da produção industrial por categorias de uso Brasil – Dezembro de 2009				
Categorias de Uso	Variação (%)			
	Mês/mês*	Mensal	Acumulado	Acumulado 12 meses
Bens de capital	0,3	23,0	-17,4	-17,4
Bens intermediários	1,0	21,0	-8,8	-8,8
Bens de consumo	-0,6	15,0	-2,7	-2,7
Duráveis	-4,9	72,1	-6,4	-6,4
Semiduráveis e não duráveis	0,4	6,0	-1,6	-1,6
Indústria geral	-0,3	18,9	-7,4	-7,4

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Indústria

* Série com ajuste sazonal

Uma das mais importantes teorias explicativas para a dependência estrangeira surgiu no encontro de exilados de diversos regimes ditatoriais que proliferavam na América Latina.

Nos estudos sobre a dependência, destaca-se a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, uma das publicações da área de ciências sociais que teve maior repercussão internacional. Essa obra destaca a natureza política e social do desenvolvimento na América Latina e trata das particularidades do capitalismo no continente. A constituição social do povo brasileiro, que tem uma burguesia nacional de origem agrária, colocou a burguesia internacional como principal agente da evolução capitalista nacional. Para não correr os riscos inerentes ao empreendedorismo, a burguesia do país optou por sua aliança com o capital internacional e pela forte dependência do Estado.

A obra aponta ainda a fragilidade do povo brasileiro, que lida com uma elite que atua como agente dependente do capitalismo internacional e do Estado. Dada a situação inicial de escravidão, falta de terra e ausência de uma consciência de classe, o povo atuaria como mero figurante ou espectador nas principais decisões sobre o destino do país. Assim, é exposta a fragilidade da sociedade civil, na qual o povo age como massa e a elite como agente dos interesses internacionais.



Lembrete

A tese central da teoria da dependência é que países como o Brasil são explorados pelos países centrais, fundamentando a ideia de que há uma subordinação entre os países componentes do sistema capitalista.

Por fim, a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* nos permite compreender tanto a sujeição das elites empresariais do Estado ao capitalismo internacional quanto a passividade do povo. Essa fragilidade da sociedade civil contribuiu para o fortalecimento do Estado, que assumiu entre nós uma função centralizadora e de agente patrocinador do desenvolvimento econômico.



Saiba mais

CARVALHO, E. Os Paradoxos da construção social latino-americana. *Revista Sociologia*, São Paulo, n. 29, 2010. Seção Reportagens. Disponível em <<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/29/artigo176088-1.asp>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005.

DOWBOR, L. *A formação do 3º mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.



Resumo

Nesta unidade, vimos que o ser humano desenvolveu a necessidade de explicar o mundo que o circunda. Assim, desenvolveu diferentes formas de conhecimento, como o mito, as religiões, o senso comum e o pensamento científico. A universidade, por exemplo, é uma instituição voltada justamente para o desenvolvimento e difusão do pensamento científico.

As bases filosóficas da sociedade moderna se encontram no Renascimento e no Iluminismo. O Renascimento é visto como o momento de ruptura com os valores do mundo feudal, onde a visão teocêntrica do mundo foi substituída pela visão antropocêntrica.

Quanto ao Iluminismo, foi uma corrente de pensamento filosófico que refletiu sobre o modelo de organização política da sociedade moderna, marcado pela liberdade contratual, igualdade jurídica, representatividade política e liberdade de comércio.

O estudo científico sobre a sociedade teve início com a obra de Augusto Comte, um dos fundadores do positivismo que exerceu muita influência sobre a elite política do Brasil no final do século XIX.

O sistema capitalista se firmou como modo de produção dominante na sociedade a partir da Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII.

Do ponto de vista social, o aspecto mais significativo dessa revolução foi a formação da classe operária, uma classe constituída de homens e mulheres pobres que, para sobreviver, se tornaram assalariados. As condições de trabalho na indústria eram extremamente precárias e, junto a isso, as péssimas condições de habitação nas grandes cidades industriais conduziram os trabalhadores e se organizarem coletivamente para reivindicar uma melhor qualidade de vida.

Diante dos grandes problemas sociais desencadeados pela industrialização e urbanização, surgiram as reflexões sobre os fundamentos dessa sociedade moderna. Émile Durkheim foi um dos fundadores da sociologia e se inspirou no darwinismo social e no organicismo. O teórico concebia a sociedade como um grande organismo constituído de partes coesas e ordenadas.

Para ele, a sociedade exerce uma pressão sobre as nossas individualidades, por isso o homem não é o que quer ser, mas o que a sociedade determina.

Ela controla os indivíduos a partir de uma consciência coletiva, que é a média de pensamento de uma coletividade.

Durkheim ainda define os fatos que devem ser estudados pela sociologia como *fatos sociais*, que são fatos portadores de exterioridade, generalidade e coercitividade. Além disso, o estudioso considera a sociedade industrial como uma forma superior de organização social, já que é baseada em uma nova forma de solidariedade entre os homens: a solidariedade orgânica.

Na reflexão desenvolvida por Karl Marx, um dos teóricos que mais influenciou os movimentos sociais a partir do século XIX, as desigualdades sociais são consideradas como fruto das relações sociais, nas quais uma classe produz e outra se apropria do produto desse trabalho. Assim, diferenciações sociais são vistas como consequência das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Dessa maneira, as desigualdades não são apenas econômicas, mas também culturais, pois expressam concepções de mundo diferentes de acordo com a classe social.

Para Marx, os conflitos entre as classes sociais é que constituem o principal fator de mudança social. Seriam esses conflitos que imprimiriam movimento e dinamismo à sociedade.

O método de pesquisa social desenvolvido por Max Weber, por sua vez, parte da busca de uma conexão de sentido nas ações dos indivíduos. O teórico identifica diferentes orientações de sentido nas ações sociais: ação social com relação a fins, ação social com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional.

Weber diferencia a atividade do cientista e do político, sendo a primeira voltada para uma ética da verdade e a segunda orientada por uma ética da responsabilidade. O teórico ainda analisa a contribuição dos valores do protestantismo para o desenvolvimento do capitalismo, concluindo que os valores daquele contribuíram para a evolução deste.

Além disso, o estudioso analisa a crescente racionalização da sociedade moderna, que tem conduzido ao crescimento da burocratização das instituições sociais.

Por fim, vimos as particularidades da inserção do Brasil no capitalismo mundial, com enfoque no significado da abolição da escravidão e nas migrações como elementos que contribuíram para a modernização do país.

A industrialização do Brasil foi desencadeada em subordinação aos interesses da cultura cafeeira do oeste paulista. Essa questão é fundamental

para compreendermos o grau de dependência que a indústria brasileira desenvolveu em relação às tecnologias desenvolvidas na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos.

A análise do sociólogo Fernando Henrique Cardoso sobre o processo de desenvolvimento e modernização do país aponta para as fragilidades da burguesia nacional ao empreender negócios sem subvenções estatais e em associação com o grande capital internacional.



Saiba mais

Para complementar seus estudos, assista aos filmes indicados abaixo:

CORONEL Delmiro Gouveia. Dir. Geraldo Sarno. Brasil. 1978. 90 min.

O POVO brasileiro. Dir. Isa Ferraz. Brasil. 2001. 280 min.

QUEIMADA. Dir. Gillo Pontecorvo. Itália. 1968. 132 min.



Exercícios

Questão 01. Leia atentamente o texto a seguir:

"Se o conhecimento científico é o conhecimento de todos os homens e representa o grau máximo ao qual a humanidade chegou na interpretação de seu mundo e na criação de mecanismos e procedimentos para interferir neste, interessa-nos discutir se, da mesma maneira, podemos dizer que este conhecimento de "todos os homens" serve realmente a todos os homens. Neste sentido, julgamos conveniente explorar um pouco a maneira como a ciência vem se desenvolvendo e a maneira como ela chega ao conjunto dos homens enquanto conhecimento. Em outras palavras, julgamos conveniente fazer uma crítica da relação entre ciência e sociedade com o intuito de identificar até que ponto a ciência nos serve a todos e até que ponto existem problemas que impedem que isso aconteça.

A ciência desenvolveu – em todas as áreas – uma linguagem própria cuja compreensão passou a exigir níveis de formação escolar cada vez mais elevados. Como os sistemas escolares não garantiram o acesso ao conhecimento para toda a sociedade, grande parte dos indivíduos foram pouco a pouco marginalizados do saber científico que, por fim, passou a ser propriedade de alguns poucos grupos sociais, notadamente daqueles que dispõem de condições econômicas para adquiri-lo. Hoje, o complexo discurso científico, vale dizer, atinge inclusive a própria comunidade científica na medida em que "o avanço da especialização torna impossível ao cientista, e já não apenas ao cidadão comum, compreender o que se passa (e porque se passa) à volta do habitáculo (cada vez mais estreito)" em que a ciência se desenvolve.

Podemos dizer que "dadas as condições sociais de produção e apropriação do conhecimento científico, a criação de objetos teóricos está cada vez mais vinculada à criação ou potenciação de sujeitos sociais e, conseqüentemente, à destruição ou degradação dos sujeitos sociais que não podem investir no conhecimento científico ou apropriar-se dele". Ou seja, muito do que se procurou e do que se procura desenvolver no campo científico reflete interesses particulares ou de determinados grupos sociais para os quais o conhecimento científico representa uma maneira de garantir ou conquistar interesses frente a grupos sociais de interesses diferentes. Podemos citar como exemplo o fato de um estudo econômico poder ser utilizado por uma empresa para melhorar a sua atuação, ou seja, para afirmá-la e fortalecê-la enquanto sujeito social.

Aos que não detêm o conhecimento científico, resta buscar resolver seus problemas cotidianos sem a ajuda das construções racionais e metódicas da ciência, sem os instrumentos que a ciência desenvolveu para que se atinja uma melhor compreensão do mundo. Dotados de informações e interpretações que adquirem com a experiência de vida, os "homens comuns" procuram dar respostas às questões e necessidades de seu mundo baseados num "conhecimento" cujo conjunto de formulações a ciência denomina "senso comum". Para a ciência, contudo, trata-se de um "conhecimento vulgar", de uma "sociologia espontânea", com a qual é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido" (TRINDADE, 2001).

A partir da leitura feita, assinale a alternativa correta:

- A) O conhecimento científico é uma forma de poder que parte da sociedade, porém, ainda não está acessível na organização social brasileira a todas as pessoas. O conhecimento vulgar daqueles que não têm acesso ao conhecimento científico pode significar, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência na sociedade, pois esse conhecimento está fundamentado na troca de experiências das pessoas.
- B) O conhecimento vulgar ou senso comum é incompatível com as formulações científicas construídas na sociedade brasileira contemporânea. Os extratos sociais que não têm acesso ao conhecimento científico estarão alijados de qualquer possibilidade de superação das dificuldades com a construção de mecanismos de sobrevivência.
- C) Conhecimento científico é uma forma de poder que não está acessível a todos na sociedade brasileira contemporânea, mas isso não impede a ascensão social porque no Brasil ainda dá-se muito pouco valor à formação cultural das pessoas e ao conhecimento científico que elas adquiriram.
- D) O conhecimento científico é produzido em locais específicos como as universidades, assim como o conhecimento religioso é produzido nos templos e nas igrejas. O conhecimento vulgar, no entanto, é produzido de forma indevida e propositadamente incorreta e dele nada pode ser aproveitado em benefício da sociedade.
- E) O conhecimento do senso comum é adquirido por meio da troca de experiências entre as pessoas e é transmitido de geração para geração. Quase sempre seu conteúdo é prejudicial, pois ele não está fundamentado em princípios cientificamente comprovados.

Resposta correta: alternativa A.

Análise das alternativas:

A) Alternativa correta.

Justificativa: o conhecimento científico ainda não pode ser adquirido por todos os membros da sociedade brasileira, pois nem todos têm condições de acesso ao estudo formal. É por isso que uma parte da sociedade detém esse conhecimento e outra parte não o detém. Contudo, o conhecimento do senso comum é construído a partir das experiências de cada pessoa e é transmitido por meio da troca de vivência entre elas. O conhecimento do senso comum não deve ser desconsiderado ou desprezado apenas porque não é científico, ao contrário, muitas vezes, ele traduz aspectos relevantes da construção cultural de um determinado extrato social.

B) Alternativa incorreta.

Justificativa: como foi mencionado na justificativa da alternativa A, o conhecimento construído somente a partir da experiência das pessoas não é científico, porém, esse tipo de conhecimento não impede as pessoas de conseguir superar dificuldades, pois, dependendo da dificuldade enfrentada, muitas vezes a experiência alheia é positiva para orientar a tomada de decisões certas.

C) Alternativa incorreta.

Justificativa: não é correto afirmar que dá-se pouco valor à formação cultural no Brasil, principalmente no atual momento histórico e econômico no qual se tem valorizado muito a contratação de pessoas que possuam grau significativo de conhecimento formal adquirido em cursos profissionalizantes ou superiores.

D) Alternativa incorreta.

Justificativa: o conhecimento do senso comum não é produzido de forma propositadamente incorreta. Mesmo ele não sendo construído a partir de comprovações científicas, ele não é necessária ou propositadamente incorreto.

E) Alternativa incorreta.

Justificativa: o conhecimento do senso comum não é necessariamente prejudicial, embora não esteja fundamentado em princípios cientificamente comprovados.

Questão 02. Ernest Mandel (2001) afirma que:

"O Estado é um produto da divisão da sociedade em classes; um instrumento de consolidação, de manutenção e de reprodução da dominação de uma determinada classe. Essa é a terceira tese central do materialismo histórico. O Estado não é consubstancial à "sociedade organizada" nem à "civilização" no sentido amplo do termo. Ele nem sempre existiu. Ele não existirá sempre. A análise das origens, do desenvolvimento específico e da possível decadência do Estado é uma das principais contribuições do marxismo às ciências sociais.

As instituições estatais são um dos componentes essenciais da superestrutura social, que compreende, ao mesmo tempo, elementos de repressão (exército, corpos de repressão, justiça) e os elementos necessários para tornar aceitável pelas classes produtivas a exploração e a opressão de classe que elas sofrem, para mascarar e "legitimar" o caráter explorador e opressor dessas instituições. Esta é, em termos gerais, a função das ideologias dominantes mencionadas anteriormente, e de sua transmissão por instituições como a escola, as igrejas, os meios de comunicação de massa, a publicidade na sociedade burguesa etc. Por isso, toda luta de classes ampla ou generalizada é forçosamente uma luta política – independentemente da consciência que tenham os combatentes –, uma luta pela manutenção, enfraquecimento ou mesmo derrubada de um poder de Estado determinado, do poder político de uma determinada classe social" (MANDEL, 2001, p. 35-36).

Na revista *Discutindo Filosofia*, Luciano Costa comenta a crise norte-americana:

"O cenário econômico vive – principalmente desde meados de setembro – uma crise comparada com a Grande Depressão de 1929. A época, considerada o mais longo período de recessão na economia do século XX, causou a queda das taxas de produção industrial, dos preços de ações, do produto interno bruto e acentuou o desemprego em diversos países do mundo. Hoje, a crise teve início no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Com crédito farto e juros baixos, os imóveis do país sofreram alta valorização, causando refinanciamento de hipotecas. Para captar dinheiro, os bancos criaram um tipo de nota promissória, chamada de título lastreado em hipotecas, e venderam para investidores que também passavam seus títulos.

Outras instituições passaram por problemas semelhantes, à beira de quebrar em meio à crise. E para ir contra a tendência de falência dos centros financeiros, o Congresso nos EUA aprovou a intervenção do Estado a partir de um plano de ajuda de 700 bilhões de dólares" (COSTA, 2007, p. 12).

A partir das leituras feitas, considere as seguintes afirmativas:

I – Atualmente, o Estado ainda é imprescindível para a atividade econômica liberal, sendo um importante aliado dos trabalhadores e essencial para o diálogo com os produtores.

II – O papel do Estado na economia no mundo contemporâneo é controverso, pois, em momentos de crise econômica, ele é chamado a suportar os prejuízos decorrentes das decisões da iniciativa privada e, quando as crises são superadas, o Estado é impelido a permitir que a iniciativa privada atue livremente.

III – Em qualquer época histórica, as classes trabalhadoras e produtoras têm diferentes expectativas em relação ao papel Estado porque as necessidades materiais de cada uma das classes são completamente distintas.

IV – Marx defende a ideia de uma sociedade sem classes, na qual o Estado moderno seria desnecessário porque toda a organização social seria concebida e realizada pelos trabalhadores a partir de suas necessidades concretas.

